
Programa de pós-graduação em Educação

Carolina de Oliveira Françoso Barion

Entre palavras e imagens: O acontecimento de "11 de setembro"
nas revistas *Veja* e *Carta Capital* – a arquitetura do imaginário
social sobre o terrorismo

Rio Claro-SP
2014

Carolina de Oliveira Françoso Barion

Entre palavras e imagens: O acontecimento de “11 de setembro” nas revistas *Veja* e *Carta Capital* – a arquitetura do imaginário social sobre o terrorismo

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências do campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Marcia Reami Pechula

Rio Claro-SP
2014

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marcia Reami Pechula
Unesp – Departamento de Educação - IB – Rio Claro – SP.
Orientadora

Profa. Dra. Elizabeth Moraes Gonçalves
Universidade Metodista de São Paulo - FAPPT / POSCOM.

Prof. Dr. Sérgio Luiz Miranda
Universidade Federal de Uberlândia - Instituto de Geografia.

Carolina de Oliveira Françoso Barion
Aluna

Resultado: _____

Ao Felipe, por se fazer presente, mesmo quando longe.
Aos meus queridos pais, Maria José e José Maria, exemplos de vida e de amor.

AGRADECIMENTOS

A finalização desse trabalho, que se tornou um projeto de vida, é um momento que me transporta para tantas outras passagens, desde muito antes de seu início. Dessa forma, fica aqui meu sincero agradecimento a todos aqueles que, de algum modo, passaram pelo meu existir e que, sem dúvida, também fazem parte desse grande projeto. Ainda assim, algumas pessoas tornam-se tão especiais, que não poderiam deixar de ser citadas, ainda que apenas para um singelo “muito obrigada”.

Em primeiro lugar, ao Felipe, que com a maior paciência e amor do mundo, escutou, leu e me ajudou em todos os momentos.

Aos meus pais, Maria José e José Maria, por serem meu maior exemplo de que, com honestidade e amor, nada é impossível.

Às minhas irmãs, Daniela e Grasiela, pela alegria da convivência, tantas vezes afetada pelo excesso de trabalho que o mestrado me trouxe. Por toda a paciência que tiveram em esperar a sua vez.

Aos meus sobrinhos, Maria Cecília, Ana Clara, João Pedro e Ana Júlia, por me permitirem ser um pouco mãe, mesmo sem tê-los parido. Minha alegria diária.

À minha tia Rita e minhas primas, Mariana e Luiza, tão longe e sempre tão perto.

À todos os meus amigos, do mais antigo ao mais recente, pelos momentos de risadas, que deixam a vida mais leve.

Aos amigos do mestrado, principalmente à Milena, sempre solícitos em me ajudar ou apenas escutar.

À Professora Dra Marcia Reami Pechula, por acreditar em mim e por se fazer, tantas vezes, uma grande amiga.

À Professora Dra Elisabethe Moraes Gonçalves e ao Professor Dr Sérgio Luiz Miranda, pelas contribuições para a finalização deste trabalho.

À todos os professores do Departamento de Educação, pelas aulas, pelas conversas no “corredor” e pelos aconselhamentos.

À Unesp, meu lugar, onde me sinto “em casa”, por me proporcionar a graduação em Geografia e agora também o mestrado em Educação.

À Prefeitura Municipal de Rio das Pedras e ao Colégio Salesiano Dom Bosco e toda sua equipe, pela oportunidade de crescimento profissional.

Muito obrigada!

“Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegamos, penso que estamos
cegos, Cegos que vêem, Cegos que vendo, não vêem.”
SARAMAGO, J. Ensaio sobre a cegueira, p. 310.

RESUMO

As indagações que nos atravessaram para a realização desse estudo são aquelas que se ligam à eminente democratização dos instrumentos midiáticos na sociedade contemporânea. Para a elaboração do mesmo, levamos em conta a ideia de que a vida cotidiana, na contemporaneidade, é meandrada constantemente pela possibilidade de transformação de qualquer acontecimento em notícia, a qual é atirada no público. Assim, a própria construção do conhecimento passa a basear-se na aquisição de informações pelos indivíduos, as quais são produzidas pela mídia, por meio da notícia. Pensando a partir dessa perspectiva, nos preocupamos em compreender como o discurso midiático, enquanto linguagem pedagógica, participa da construção de um imaginário social sobre o terrorismo, a partir das reportagens de capa das revistas *Carta Capital* e *Veja*, que noticiaram o acontecimento de “11 de setembro”. Para essa empreitada, buscamos base na perspectiva foucaultiana de discurso e na configuração de um “paradigma da informação”, proposto por Castells. Baseando-nos nas reportagens que noticiaram o acontecimento, buscamos compreender o discurso proposto pelas revistas em questão para a configuração de uma visão coletiva sobre o terrorismo, que aqui chamamos “imaginário social”, na perspectiva de Díaz. Cabe-nos, assim, discutir a respeito dos textos, produzidos por uma indústria cultural dependente de uma lógica de mercado baseada em uma produção cada vez mais acelerada e das imagens, produzidas e repassadas pelas agências especializadas a diversas publicações, de diferentes editoras e segmentos. Dessa forma, entendemos ser possível estabelecer relações entre a construção de um imaginário social sobre o terrorismo, baseado em uma visão coletiva a respeito do assunto, e as informações presentes nos textos e nas imagens que noticiaram o acontecimento de “11 de setembro”, no ano de 2001. Propomos, ainda, compreender o “11 de setembro” enquanto acontecimento, baseando-nos na teoria de Foucault, que entende o acontecimento como uma ruptura (ou novidade) histórica, mas também como uma regularidade histórica: assim como toda novidade histórica, leva à sua regularidade, esta última é contaminada por processos que nos apregoam novas formas de subjetivação, estabelecidas por uma novidade histórica.

Palavras-chave: Mídia, terrorismo, acontecimento, paradigma da informação, imaginário social.

ABSTRACT

The inquiries that we went through to do this study are the ones that related to the eminent democratization of media instruments into the contemporary society. To elaborate it, we considered the idea that the day-by-day life, into the contemporary view, is constantly conducted by the possibility of transforming any happening into news, and then being thrown to the public. This way, the knowledge build-up become based on the information acquisition by individuals, and this ones are produced by the media through the news.

Thinking about this perspective, we concerned about understanding how the media discourse, while pedagogical language, takes part into the social imaginary build-up about terrorism based on the cover news from the magazines *Carta Capital* and *Veja*, the ones that had shown the September 11th happening. To work on this, we were based on the Foucault discourse and also on the “information paradigm”, proposed by Castells.

Based on the reports about the happening, we tried to understand the proposed discourse by the mentioned magazines about the configuration of a collective view about the terrorism, which we called “social imaginary”, by Díaz’s perspective.

Our aim here is to discuss the texts produced by a cultural industry dependent of a market logic in an accelerated production and also by the images produced and shared by specialized agencies to several publications, from different sectors and publishers. This way, we believe it is possible to establish a connection among the buildup social imaginary about terrorism, based on a collective view about the subject, the information in the presented texts and also the images that showed the September 11th happening, in 2001.

We propose to understand the September 11th as a happening based on the Foucault Theory, which understands it as a historical rupture (or novelty), and also as a historical regularity: as all the historical novelty brings it into regularity, this last one is contaminated by processes that proclaims news ways of subjectivity established by a historical novelty.

Key words: Media, terrorism, happening, information paradigm, social imaginary.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Conversa inicial: a trajetória de vida que originou essa leitura.....	12
1.2 Entre textos e contextos: proposta do estudo	16
2 Primeiras reflexões: contextualização teórica do estudo.....	23
2.1 Aqueles que nos ajudaram a compreender o que parecia incompreensível: os referenciais teóricos	24
2.2 Iniciando as leituras: instrumentos de coleta de dados	29
2.3 Para deixar claro: o que é imaginário social?.....	36
2.4 O discurso midiático como linguagem pedagógica	39
3 A MÍDIA CONTEMPORÂNEA NO CONTEXTO DO PARADIGMA DA INFORMAÇÃO.....	44
4 O IMPÉRIO, A MUDANÇA E O TERRORISMO: CONTEXTO DO ACONTECIMENTO DE “11 DE SETEMBRO”	53
5 CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO CONCEITO DE TERRORISMO	61
5.1 As tentativas de elaboração de um conceito de terrorismo após o “11 de setembro”	61
5.2 O conceito de terrorismo noticiado pela mídia	64
6 O “TERRORISMO” NAS REVISTAS <i>VEJA</i> E <i>CARTA CAPITAL</i>.....	67
6.1 Edições que noticiaram o acontecimento de “11 de setembro”.....	67
6.2 A arquitetura dos textos que noticiaram o acontecimento de “11 de setembro”: as palavras e as imagens fomentando a construção de um imaginário social sobre o terrorismo.	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS.....	97

1 INTRODUÇÃO

“se nos interessa analisar o compromisso do profissional com a sociedade, teremos que reconhecer que ele, antes de ser profissional, é homem.” (FREIRE, P., 1981, p.09)

1.1 Conversa inicial: a trajetória de vida que originou essa leitura

Não poderia iniciar essa conversa de outra forma, se não falando a respeito dos anos que passei na escola. Eles foram decisivos nas escolhas que fiz ao longo da minha vida acadêmica e na escolha de minha profissão. Nos primeiros anos do ensino fundamental, frequentei uma escola pública de um bairro periférico de minha cidade natal, Piracicaba. Foram anos muito felizes da minha vida, em que as preocupações com o espaço geográfico ainda não existiam. Talvez, parte da felicidade resida na ignorância! Seria fácil ser feliz dessa forma, no entanto, minha mente curiosa não me permitiu continuar nesse estado ignorante por muito tempo, em que as descobertas tinham sabor de algodão doce e cheiro de colo de mãe.

Quando iniciei a quinta série, meus pais me matricularam em uma escola cooperativa. Era linda, cheia de árvores e espaço para corrermos. Na época, meus pais foram atraídos não só pelo custo mais baixo da escola, como resposta ao fato de ser uma cooperativa, mas também porque ela alinhava-se com o “construtivismo”, baseado na teoria pedagógica de Jean Piaget, o qual dava sua entrada no sistema escolar brasileiro. Essa escola seguia a linha encomendada pelo Estado, mas não necessariamente aquela que fora constituída como tal, uma vez que a teoria piagetiana foi transfigurada de várias formas para caber nos moldes das escolas brasileiras.

Ainda assim, era uma escola muito “viva”, onde o barulho produzido pelos alunos era visto de maneira muito serena pelos professores. Nós fazíamos festinhas regadas a muito refrigerante e embalada pelo som de um grupo de alunos da escola que tocava samba de raiz e chorinho: quantos cover de Demônios da Garoa assisti! Foi uma época intensa na minha vida, da qual tenho gratas lembranças.

Nessa época, comecei a me interessar pelo curso de jornalismo. Minha mãe tinha uma confecção de roupas, pois precisava ajudar no sustento da família. Então, ao lado do trabalho como costureira, ela também se dedicava em ser mãe e esposa.

Como os afazeres domésticos somavam-se ao trabalho, que, sendo feito dentro de casa acabava consumindo mais horas do tempo da minha mãe do que se ela tivesse um trabalho formal, eu passava muitas tardes junto ao pé da máquina de costura, fazendo-lhe companhia. Em uma de minhas passagens pelo *atelier* da minha mãe encontrei uma revista que mergulhava na vida de uma jornalista e eu me encantei por aquele texto. Nessa época, eu tinha por volta de 13 anos de idade, mas a despeito disso, aquelas palavras bateram forte em mim. A maneira como eram colocadas me fez mergulhar naquele mundo e, por alguns anos, eu desejei ser jornalista.

Ao mesmo tempo, ali calado, mastigava em minha alma o encantamento pela Geografia que eu aprendia na escola. Mas a ideia de lecionar ainda não estava em meus planos. Essa perspectiva mudou com o “11 de setembro” e os seus desdobramentos. Na época, eu cursava o segundo ano do ensino médio e, como minha antiga escola não contava com essa etapa escolar, meus pais me matricularam em outro colégio, onde os professores discursavam a respeito de acontecimentos largamente noticiados, recomendando a leitura de revistas que nos auxiliassem no exame do vestibular. Uma das revistas mais indicadas era a *Veja*, que dispunha de exemplares na biblioteca da escola. E não eram apenas os professores da área de humanidades que discursavam a respeito dos principais acontecimentos, mas todos eles. Aos poucos fui percebendo que todas as pessoas poderiam entender sobre aqueles assuntos que me encantavam tanto, e não apenas os jornalistas. Dessa forma, foi se desfazendo um pouco do encantamento em relação à reportagem que eu lera anos antes na revista da minha mãe.

As imagens dos repórteres na televisão na época do “11 de setembro” me fizeram querer ser “repórter de guerra”, como eu dizia na época. Na minha ingenuidade, eu não percebia todas as facetas da vida desse profissional por trás das câmeras, com todos os seus inconvenientes.

De repente, percebi que minha “maior missão” no mundo era lutar por justiça social. Como as coisas são intensas na cabeça de uma adolescente! Assim, concorri a uma vaga para o curso de Direito e fui aprovada, mas meu pai, sempre sábio, convenceu-me de que ser delegada não era meu maior sonho. Fiquei em casa, pensando. Tive essa oportunidade e sou muito grata por isso, pois sei que, em um país como o nosso, muitos jovens não tem essa possibilidade. Esse período foi de

extrema relevância para mim, pois abriu espaço na minha mente para recuperar falas e devaneios os quais eu não estava conseguindo colocar em ordem.

Foi em um desses devaneios, em um final de tarde, que entrei em contato com uma tia, pela qual sempre nutri uma admiração profunda, pois é uma dessas pessoas que consegue dissertar sobre tantos assuntos, colocando-os em debate, que até transborda o pensamento. Como essa tia é geógrafa, pedi a ela que me falasse a respeito das possibilidades desse profissional. A decisão aconteceu naquele fim de tarde: eu prestaria o vestibular para o curso de Geografia.

No ano de 2004, iniciei o curso de Geografia na Unesp, no mesmo campus em que estudou minha tia. Inicialmente a ideia era tomar contato com as questões ligadas à área ambiental. No entanto, já no primeiro ano, conheci a professora Marcia, que lecionou a disciplina Filosofia da Ciência. Em uma turma de primeiro ano, ainda imatura, as leituras eram difíceis, mas a postura enfática dela e o encantamento que tive por todos aqueles novos autores, encaminhou-me para um novo jeito de entender a vida.

No ano seguinte, tentei dar início a trabalhos em outras áreas: Geografia urbana, Geografia econômica, Economia, todos frustrados. Por algum motivo, eu não me encaixava! Foi aí que iniciei um trabalho com História do Pensamento Geográfico, no Instituto de Geociências da Unicamp, junto com a minha tia, Rita de Souza, que na época preparava seu trabalho de pós doutoramento. Foi ali que decidi o que queria fazer. Como o trabalho era informal, apenas para eu entrar em contato com a pesquisa, procurei um professor que pudesse me ajudar dentro da Unesp e encontrei no professor Paulo Godoy essa pessoa. O que era uma iniciação científica acabou se tornando meu Trabalho de Conclusão de Curso, que teve o título: “Tendências do pensamento geográfico brasileiro no século XX: uma análise da obra de Aroldo de Azevedo”.

Quando terminei o curso de Licenciatura em Geografia, iniciei a docência em duas escolas: uma na rede particular e outra na rede pública estadual. Minha felicidade era imensa, pois era meu primeiro emprego, e eu tinha logo dois! O primeiro contato com a escola pública, no entanto, não foi fácil para mim e eu optei, no ano seguinte, em investir apenas na carreira dentro da rede privada de ensino. Fiquei anos na mesma escola até que no final de 2012 resolvi mudar-me para outro colégio, maior e que ficava em uma cidade vizinha.

Nesse mesmo ano duas coisas novas aconteceram na minha vida: no campo pessoal, eu comemorava todas as transições da vida na casa dos pais, cheia de regalias e facilidades, para a comemoração de um ano de casamento e todos os ajustes que devem ser feitos para que a vida caiba dentro das vinte e quatro horas diárias. Passei por lindos dias ao lado do meu marido, com o qual tenho um relacionamento que já completa mais de uma década e que me impulsiona, todos os dias, a continuar sonhando e batalhando por tudo aquilo que desejo. Apesar disso, o sonho de ser mãe teve que ser prorrogado, pois no campo profissional e também pessoal, uma vez que eu estava realizando um antigo sonho, fui aprovada no mestrado em Educação, com orientação da professora Marcia Pechula.

Sem dúvida, o ano de 2012 foi de extremo amadurecimento para mim. A menina que vivia com os pais, cheia de sonhos, descobriu que a realização dos mesmos exige horas de estudo, dedicação, amor e muitas renúncias. Com as disciplinas cursadas ao longo do mestrado, descobri que para ser professora não bastava eu ter o desejo de justiça social, como eu acreditava quando era adolescente, mas que depende das vontades engendradas por uma gama de pessoas e de situações tão grandes que o trabalho que faço é de formiguinha. Isso me causou certa angústia no início, mas depois percebi que as formigas têm papel importante, uma vez que a missão delas, quando somadas, é de valor inestimável.

Essas transformações foram tão profundas que resolvi dar uma segunda chance para mim e para aquilo que eu sempre acreditei: lutar pelo ensino público. Recebi um telegrama no início de 2013 informando-me de que estava sendo convocada para efetivação de um cargo de professora de Geografia em um concurso público que havia prestado quatro anos antes em um município de aproximadamente 30 000 habitantes, vizinho de Piracicaba, onde resido. Deixei meu cargo em um dos colégios que lecionava e aceitei o desafio. Portanto, hoje sou professora da rede pública e da rede particular de ensino.

No mestrado, a professora Marcia me ofereceu o desafio de trabalhar com algo inerentemente geográfico que é a disputa ideológica e pautada na configuração territorial do mundo islâmico e que, lá no ensino médio, meu professor havia discursado a respeito: o “11 de setembro” e a ideia de terrorismo. No início, a proposta era ainda muito difusa para mim, mas com o tempo, fui me encantando por tudo que circulava por ela: as coisas, finalmente, encaixaram-se.

A ideia de trabalhar com essa temática satisfaz a muitos de meus anseios, pois me deixa livre para responder às questões geográficas, e também a de trabalhar com a primeira profissão pela qual eu me encantei: a de jornalista.

Esse trabalho, como se vê, passou por várias etapas até chegar nesse que construímos hoje. Com certeza, passaria por mais inúmeras outras modificações, aproximações, alinhamentos e devaneios se pudessemos dar continuidade a ele. Faz parte da minha vida, com todos os seus encaminhamentos desvios e anseios. Realizando-o, deixei em suas páginas um pouco de mim e de todos os que fazem parte da minha vida.

1.2 Entre textos e contextos: proposta do estudo

Pensando no processo que nos encaminhou até esse estudo, decidimos inicia-lo com breve explanação a respeito das questões que nos atravessaram na construção do mesmo, assim como aquelas que, devido a diversos fatores, não conseguimos encaminhar, ainda que continuem fazendo parte de nossas indagações individuais.

A preocupação maior centra-se na importância das revistas *Veja* e *Carta Capital* para a construção de um imaginário social, ou seja, de ideias coletivas a respeito de determinados assuntos. Para que essa empreitada fosse possível, delimitamos nossos esforços em torno da ideia de terrorismo, uma vez que esse foi um assunto intensamente noticiado pela mídia a partir do dia 11 de setembro de 2001 e também na análise das edições especiais de ambas as revistas que noticiaram primeiramente esse acontecimento, publicadas no dia 19 de setembro de 2001.

Nessa linha, propomos uma “pesquisa bibliográfica” (SEVERINO, 2007), uma vez que seu fundamento encontra-se nas questões apontadas por autores que nos ajudam a investigar o discurso das revistas, assim como a materialização dos mesmos na sociedade contemporânea, na forma da construção de um imaginário social sobre o terrorismo. Posteriormente, propomos uma “pesquisa documental” (SEVERINO, 2007), utilizando a *Veja* e a *Carta Capital* como material básico para o entendimento das questões que ora elucidamos.

No caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos

impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.” (SEVERINO, 2007, p.122/123)

Nesse sentido, trataremos os instrumentos de coleta de dados, representados pelas revistas *Veja* e *Carta Capital*, na perspectiva de Severino (2007), ou seja, como um documento impresso a ser analisado pelo pesquisador como fonte para o estudo. Dessa forma, colocamos as revistas não só enquanto fontes de coleta de dados, mas também de inspiração e reflexão para nossa leitura. Dentro dessa perspectiva, então, entendemos esse estudo como uma “pesquisa documental”. Para que isso seja possível, a trajetória nos encaminhou, inicialmente, a um estudo contextualizado a respeito de diversos assuntos presentes em livros, teses e dissertações, o que é tratado pelo autor como uma “pesquisa bibliográfica”.

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes nos textos. (SEVERINO, 2007, p.122)

Nessa perspectiva, buscamos elucidar alguns apontamentos que nos marcam e que compõem as ideias apresentadas por esse estudo. O “terrorismo” é uma dessas ideias e ganhou delineamento nas questões de cunho territoriais que se pautam em conceitos de ordem geopolítica e que, portanto, fazem parte dos clichês presentes na comunidade científica dos geógrafos.

O conflito em decorrência do “11 de setembro”, extrapola a guerra travada entre Estados Unidos e o “eixo do mal” e alinha-se com a propagação da ideia do “mundo islâmico” (o próprio vocábulo já lembra um estudo da Geografia) enquanto um território que dissemina o terror. Em outras palavras, as ideias se encaminham não só para a construção de um imaginário social sobre o terrorismo, mas também para a consolidação de uma territorialização do “mundo islâmico” enquanto área específica do medo, da falta de liberdade e do caos.

Uma de nossas surpresas, então, foi perceber que as discussões da Geografia brasileira a respeito do assunto ainda são incipientes, restringindo-se a

poucos estudos provenientes de estudiosos com formação em Geografia. Discorrer a respeito daquilo que a Geografia deve ou não estudar não é tarefa fácil. Isso porque, a ciência geográfica demorou a delimitar seu próprio objeto de estudo, o espaço geográfico, o que dificultou, posteriormente, sua entrada no mundo acadêmico enquanto ciência.

Desgraçadamente, porém, de todas as disciplinas sociais, a Geografia foi a que mais se atrasou na definição de seu objeto e passou, mesmo, a negligenciar completamente esse problema. (SANTOS, 2004, p.144)

Segundo Santos (2004), ainda que consideremos a sociedade enquanto uma entidade única e o campo científico, parte dessa sociedade, como uma organização que sobrevive de maneira conjugada, ou seja, em que as ciências trabalham em comunhão umas com as outras, é importante que se tenha clareza do campo de estudo de cada uma delas. Dessa forma, podemos tornar possível e estabelecer a interdisciplinaridade.

No caso da Geografia, as preocupações com relação às teorizações e às categorias de análise ficaram aquém de seu objeto de estudo, o que provoca confusão em termos de se delimitar o que é ou não próprio da Geografia científica. O autor alerta ainda que, mesmo delimitado o objeto e as categorias de análise, o estudo de determinada ciência depende de três fatores: o “progresso científico”, a “posição ideológica do pesquisador” e o “momento histórico” (SANTOS, 2004, p. 148).

Pensando a respeito desses três aspectos, entendemos a importância da Geografia como ciência alinhada com as discussões em torno do terrorismo pelas mesmas três razões ora apontadas: primeiro, com relação ao progresso técnico existente, por exemplo, nas tecnologias de informação presentes nos estudos de Geografia, os Sistemas de Informação Geográfica – SIG. Se atentarmos para o contexto de desenvolvimento dessas tecnologias, perceberemos que elas foram criadas com fundamentação locacional, sendo muitas vezes utilizadas em períodos de guerra, para localizar o inimigo e para a elaboração de representações cartográficas, estando, portanto, ligadas ao progresso científico da Geografia.

Em segundo lugar, se no campo científico a Geografia ainda sofre para delimitar aquilo que pode ser entendido como pertencente à sua área de estudo, no educacional isso ocorre de maneira oposta. Ora, essa razão não poderia passar

despercebida por uma mestranda que também é professora do ensino básico. Em geral, tudo o que é considerado “atualidades” são relegados ao estudo da Geografia escolar, sendo que a matéria funciona, na escola, como uma espécie de “história da contemporaneidade”. Dessa forma, o terrorismo aparece nos livros didáticos das áreas de História e de Geografia. Como pesquisadora e professora (sem conjugar ordem hierárquica entre essas duas esferas profissionais), acredito na importância do estudo desse tema nas aulas de Geografia, porque é ela que, na escola, desenvolve o estudo da evolução espacial dos países, estando, por isso mesmo, ligada às aulas também de História. Nesse sentido, parece que a evolução da matéria escolar extrapolou o avanço da ciência.

Sobre esse aspecto, é importante frisar que, ainda que não concorde com a maneira como a Geografia está inserida no currículo escolar, o qual separa a ciência geográfica em duas partes: Geografia Física e Geografia Humana, como se fossem partes de um todo que se completa, quando na realidade é, ela mesma, um todo, é desta maneira que o currículo é apresentado nas escolas e nas páginas dos livros didáticos. Ora, estando inserida em uma estrutura mercadológica, da qual, infelizmente as escolas brasileiras também fazem parte, enquanto professora que leciona e utiliza esse currículo, insiro-me também nessa estrutura, mas sem deixar de lado a ideia de que posso transgredi-lo¹ em alguns poucos momentos.

Em terceiro lugar, o momento histórico, espetacularizado pela mídia, deve ser discutido, tanto em sala de aula, como fora dela, uma vez que a ideia de educação que estamos trabalhando vai além do contexto escolar. Ela está, então, presente nas diversas instituições que compõem a sociedade contemporânea, sendo que a própria mídia deve ser entendida, nesse contexto, como fomentadora de imaginários sociais, uma vez que consideramos que ela utiliza uma linguagem pedagógica, como discutiremos abaixo. Assim, é importante que a Geografia faça parte das discussões, uma vez que pode auxiliar no processo de construção de um conhecimento a respeito do tema, ao propor uma reflexão que se alinhe com um diagnóstico do espaço geográfico atual.

A respeito disso, Haesbaert (2006) aponta alguns motivos, dentre os quais destacamos que a busca por uma supressão das desigualdades sociais acaba

¹ Quando utilizamos o verbo “transgredir”, estamos chamando a atenção do leitor para a ideia de que podemos, em alguns momentos, ultrapassar a ordem vigente, e não de que estamos infringindo regras e legislações pré-estabelecidas, sentido pelo qual o verbo é mais utilizado.

dando as costas para uma discussão mais ampla com relação aos diferentes territórios. Em outras palavras, ao voltar-se apenas para o estudo das desigualdades sociais, a Geografia acabou deixando de lado elementos importantes para a vida humana e a configuração do espaço geográfico. Assim, as discussões teóricas com relação à supressão das desigualdades suprimiu as reflexões em relação a outros assuntos, como é o caso do terrorismo. Este, ao ser tratado enquanto um fenômeno espacial captado dentro de um todo, impediu, na Geografia, que o estudo do mesmo fosse realizado dentro contexto individual em que se insere, daí a pouca discussão a respeito do tema na ciência geográfica.

Nessa mesma linha de pensamento, Foucault (2012), ao fazer uma aproximação entre “doutrinas” e “sociedades do discurso”, aponta para a ideia de que a ortodoxia desautoriza os membros do grupo a proferir alguns tipos de discurso, sendo assim, uma faceta dos próprios mecanismos de exclusão. Em outras palavras, o discurso transforma-se no elemento de pertença ao grupo, interferindo nos assuntos que os mesmos sentem-se autorizados e confortáveis para referir-se.

Haesbaert (2006) argumenta sobre uma crise endêmica da Geografia, ligada à entrada em curso de uma nova corrente filosófica: a do pós modernismo. Embora existam reflexões a respeito da existência ou não da própria modernidade, é consenso que as discussões em torno da dicotomia existente entre essas duas linhas de pensamento fissurou diversas ciências sociais, o que não foi diferente com a Geografia.

Nesse contexto, a ciência geográfica busca estabilizar-se para entrar em contato com essa nova corrente, que já nasce atravessada por discussões. Esse é o estopim para uma crise endêmica na Geografia. Essa crise pode revelar-se na timidez com que a ciência geográfica trata assuntos importantes para a sociedade contemporânea, como é o caso do terrorismo e do acontecimento de “11 de setembro”.

Dando continuidade em suas reflexões, Haesbaert (2006) faz uma crítica ao modo como os geógrafos conduzem os assuntos. Para ele, esse modo liga-se mais a uma discussão teórica em torno da corrente filosófica da qual cada autor faz parte, que a um estudo mais original e criativo a respeito dos temas.

Outro destaque importante no vazio teoricista em que nos envolvemos é o fato de que alguns de nossos textos revelam mais a preocupação com um “respaldo teórico”, filosófico,

explícito e seguro, perfeitamente legitimado, do que com a real contribuição com uma leitura inovadora, original, da realidade. Com medo de fugir à “coerência filosófica” (e ela será realmente possível?), não ousamos, não inovamos, com textos muitas vezes áridos e sem vida. (Haesbaert, 2006, p. 43)

Apesar da importância da discussão, o foco desse estudo não diz respeito ao interesse (ou não) da Geografia em fazer uma discussão mais apurada sobre o terrorismo e o “11 de setembro”. Por esse motivo, não conseguiríamos dar conta de fazer uma leitura de ordem geográfica a respeito da disseminação da territorialização do terror (como se ele tivesse local e hora para acontecer). Mesmo assim, deixamos aqui uma ressalva para futuras reflexões a respeito, relacionadas, também, aos seus desdobramentos a partir do acontecimento de “11 de setembro”.

As discussões e leituras com relação à fundamentação teórica que daria suporte a esse estudo levaram em conta a obra foucaultiana, autores que fizeram esforços em torno de compreender a teoria deste autor. A partir daí, entramos em contato com a ideia de acontecimento, no qual embalamos o “11 de setembro”. As leituras, portanto, não se basearam apenas no “clássico”, mas também naqueles que buscaram compreender e compartilharam as ideias apresentadas por Foucault, o que tornou o processo extremamente enriquecedor.

Faltava ainda embasar a construção das ideias coletivas e encontramos em Díaz (1996) o suporte necessário para isso. Partindo de uma leitura da obra de Foucault, a autora busca compreender os modos pelos quais determinadas ideias são inculcadas na sociedade, por meio do discurso, até tornarem-se “verdades absolutas”, aceitas coletivamente. Assim, há uma aproximação da ideia de norma, proposta por Foucault (2011) na obra *Microfísica do Poder*, na qual o autor explica que a normatização dos comportamentos ocorre por meio do estabelecimento de regras disciplinares, as quais ditam o que é tido como normal. A normatização, então, não se institui na forma da lei, mas a partir de um conjunto de dispositivos que impõem formas de comportamentos socialmente aceitáveis. Nessa linha, Díaz (1996) conceitualiza o imaginário social, por meio de uma reflexão a respeito da configuração de coincidências valorativas estabelecidas na sociedade contemporânea, que agem nas diversas instâncias sociais e esferas da vida, regulando comportamento e condutas.

Buscando compreender o papel do indivíduo para a aquisição de informações em uma sociedade midiática, acrescentamos às nossas leituras Paulo

Freire (nas obras *Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação*; *Pedagogia do oprimido* e *A importância do ato de ler*), compartilhando da ideia de que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Assim a decodificação dos signos presentes em uma leitura depende de cada sujeito, que o faz a partir de sua visão de mundo. Portanto, ao propor que existe um imaginário social sobre o terrorismo construído por meio das reportagens que mostraram o acontecimento de “11 de setembro”, não estamos nos esquecendo de que a leitura das matérias se dá de forma individual, mas propondo que essas notícias podem levar a uma visão homogeneizada a respeito de alguns conceitos que as mesmas trazem a tona a partir do dia 11 de setembro de 2001.

Nesse sentido, partilhamos a ideia proposta por Freire e Guimarães (2011) de que a notícia é muitas vezes entendida pelo público como um instrumento desconectado da vida cotidiana, pois aquilo que aparece na mídia, muitas vezes está ligado a acontecimentos (extra) ordinários, fora do comum. Dessa forma, ao entender-se apenas como pertencente ao presente, o sujeito não consegue extrapolar a fronteira do eu. Desconectando-se da totalidade do mundo, esse sujeito não percebe que a notícia refere-se a um mundo no qual ele também habita e que, portanto, de que ele faz parte.

A leitura de Dijk (2010), nessa perspectiva, foi muito enriquecedora. Levando em conta a formação de “elites simbólicas”, o autor defende certo controle social desse grupo em detrimento dos demais, o que ocorre por meio do discurso. Nessa perspectiva, os grupos minoritários que detêm o poder conseguem controlar as ações sociais dos demais, sem que os mesmos percebam o contexto em que isso acontece. Dijk (2010) nos deu suporte para a compreensão do discurso de um modo diferente do proposto por Foucault, uma vez que trabalha com uma oposição entre grupos sociais, contribuindo com o que ele chama “Estudos Críticos do Discurso”. A visão foucaultina de discurso, pelo contrário, alinha-se com a ideia de que há uma convergência de situações em que os diversos grupos convivem mutuamente, sem que necessariamente haja um que seja dominante em todas as esferas da vida política e social. Buscamos encontrar nos dois autores pontos de convergência que dessem suporte a esse estudo e um desses pontos foi a questão do poder, como discutiremos abaixo.

Assim, a proposta inicial do estudo que procurava dar conta dos modos como as mídias se apropriam do discurso, podendo possibilitar a construção de um

imaginário social sobre o terrorismo, foi sofrendo alterações até chegar ao formato que ora apresentamos. A escolha das revistas fez parte dos esforços em delimitar a leitura para que ela se encaixasse no tempo do mestrado e nas possibilidades de uma professora que continuou lecionando enquanto também era mestranda.

A opção, inicialmente apenas pela *Veja*, ocorreu por alguns motivos: o primeiro fundamenta-se na enorme vendagem dessa revista, que pode ser encontrada facilmente em bancas de jornais, em consultórios médicos, em escolas e em organizações públicas e privadas em geral, e a segunda, pela curiosidade em trabalhar com uma ferramenta nova e que consideramos muito interessante: o acervo *online* da revista, onde é possível acessar todos os números já lançados, do primeiro ao último, sem nenhum custo. Sem dúvidas, além de interessante, devemos ressaltar a importância desse acervo para o estudo da história do Brasil e da imprensa brasileira, já que conta com textos desde o ano de 1968, quando a revista lançou seu primeiro número.

Após a apresentação do projeto de pesquisa na disciplina “Seminários de pesquisa em Linguagem – Experiência – Memória – Formação”, as discussões a respeito da escolha tornaram-se mais intensas, pois houve questionamentos com relação à visão parcial que teríamos escolhendo apenas uma revista. Dessa forma, partimos em busca de outras leituras para nosso estudo e encontramos na história da *Carta Capital* o que precisávamos, ao nos deparar com a informação de que essa revista fora lançada por Mino Carta, o qual fora demitido da redação da *Veja* durante o período militar. Por isso, acreditamos que essas duas publicações, pelo menos inicialmente, teriam visões opostas a respeito do assunto e, se não tivessem, nos dariam a base necessária para refletir a respeito de uma possível visão homogeneizada da mídia a respeito dos assuntos.

É a partir dessas questões iniciais e com esse tom que encaminhamos o trabalho e buscamos compreender, ainda que parcialmente, as visões de terrorismo propostas por essas duas publicações, assim como os encaminhamentos possíveis para a construção de um imaginário social sobre o terrorismo a partir do acontecimento de “11 de setembro”.

2 Primeiras reflexões: contextualização teórica do estudo

Com a intenção de iniciar as reflexões em torno de nossos questionamentos, buscamos respaldo em alguns autores que pudessem auxiliar no processo de amadurecimento de nossas ideias em torno do tema discutido. Para isso, as leituras perpassaram alguns autores com vistas tanto a instigar o estudo, como a buscar respaldo teórico para as ideias aqui trabalhadas. Dessa maneira, esse capítulo busca evidenciar os principais autores e correntes filosóficas aqui tratados, assim como a compreensão de algumas ideias, sem as quais a leitura do trabalho se tornaria exaustiva e, em alguns pontos, até mesmo equivocadas.

2.1 Aqueles que nos ajudaram a compreender o que parecia incompreensível: os referenciais teóricos

Dentro da perspectiva em que nos encaminhamos, torna-se relevante discutir a respeito do processo histórico de desenvolvimento da mídia e da sua consolidação enquanto linguagem pedagógica. Para essa empreitada, buscamos em Briggs e Burke (2006), informações que sustentassem nosso estudo. Os autores contam que embora o termo “mídia” já fosse utilizado desde a década de 1920, foi apenas na década de 1950 que a palavra chegou ao meio acadêmico. Os estudos iniciais eram interdisciplinares e incluíam as áreas de história, economia, literatura, arte, ciência política, sociologia e antropologia.

Em seu texto, há um alerta bastante conveniente de que os profissionais e estudiosos da área de comunicação devem compreender a mídia dentro de seu contexto histórico, uma vez que, muitas das estratégias utilizadas por ela atualmente, são verdadeiras cópias de estratégias bastante antigas, como é o caso das denúncias feitas pelos efeitos da mídia na vida das pessoas. Nos séculos XVIII e XIX, por exemplo, os romances eram considerados prejudiciais à vida dos jovens, pois os desviavam do caminho da fé. No século XXI, as denúncias são outras, mas o nível e o tipo de discussão é muito próximo. Para esses autores, “Intenções imediatas, estratégias e táticas dos comunicadores precisam estar sempre relacionadas ao contexto no qual operam, assim como as mensagens que transmitem.” (BRIGGS e BURKE, 2006, p. 15)

O surgimento de uma cultura de massa alinha-se com uma estrutura societária que adquire informações por meio dos veículos midiáticos quase

exclusivamente. As relações de poder estabelecidas a partir daí fazem parte de um espectro dinâmico que pode ser percebido na materialização discursiva, por meio da construção de imaginários sociais, presente nas atitudes diante da vida, ainda que consideremos os aspectos individuais dos sujeitos.

Dentro desse contexto, acreditamos que a compreensão do modo pelo qual algumas ideias são disseminadas pelos instrumentos midiáticos é um estudo necessário porque, em uma sociedade inserida em um “paradigma da informação”, a fonte de informações da maioria das pessoas liga-se àquilo que é noticiado pela mídia. O “paradigma da informação”, proposto por Castells (1999) nos indica que a penetrabilidade das novas tecnologias atravessa a vida social de tal modo que elas moldam, embora evidentemente não determinem, as atividades humanas, como discutiremos abaixo.

Assim, esse estudo buscará compreender o(s) conceito(s) de terrorismo apresentados pelas revistas *Veja* e *Carta Capital* nas reportagens que noticiaram o acontecimento de “11 de setembro”. A compreensão de terrorismo propagada pelas revistas permitirá a leitura das possíveis implicações desse(s) conceito(s) para a construção de um imaginário social sobre o terrorismo. Propomos, dentro de um contexto sócio-histórico, compreender os discursos utilizados por um novo modelo de mídia, aqui representado por duas revistas de grande reconhecimento no cenário nacional e a partir daí delinear sua possível influência para a construção de um imaginário social sobre o assunto.

Para construir esse estudo, trabalhamos com a ideia de “imaginário social” proposta por Díaz (1996). Para ela, o imaginário social, antes de ser a soma das imaginações, pode ser entendido como uma construção coletiva a respeito das representações sociais sobre diversos assuntos, estando presente tanto no campo simbólico, na forma da linguagem e dos valores, como no das ações concretas, na forma das práticas sociais.

Nesse sentido, acreditamos que as revistas, por meio da linguagem apresentada ao noticiar o “11 de setembro”, construíram um imaginário social sobre o terrorismo, criando formas coletivas de representação dessa ideia, assim como dos conflitos ligados a ela. Essa construção é simbólica, ligada à linguagem utilizada pelas revistas e aos valores alicerçados pelos textos e pelas imagens e também é concreta, uma vez que repercute materialmente na sociedade por meio do modo

como os indivíduos reagem diante do “terrorismo”, ligando-se às questões de preconceito racial e religioso.

Tomando como exemplo a guerra travada pelos Estados Unidos contra o Afeganistão após o “11 de setembro”, podemos entender a proposta de “imaginário social” construída a partir desse acontecimento. Ainda que sem consentimento da ONU, os Estados Unidos invadiram o Afeganistão, tendo grande apoio popular na época. Esse apoio liga-se a uma prática social, portanto é um aspecto concreto do imaginário social, de acordo com o que discutimos acima, estabelecida a partir da ideia de vitimização dos Estados Unidos que repercutiu na mídia ao noticiar o “11 de setembro”. Nessa linha, Díaz (1996) aponta para a ideia de que o imaginário social, a despeito de ser uma ideia e, portanto, não ter materialidade em si, ganha concretude em seus efeitos na sociedade. A autora assinala que ele não “suscita uniformidade de condutas. Assinala mais tendências e reflete, quase como um espelho”² (p. 15), sendo que aqueles que não seguem a tendência estabelecida tornam-se excluídos.

Dessa forma, nossa proposta metodológica assinala que o modo como concebemos a sociedade só é possível a partir das imagens e das representações que temos dela. Ao veicular modelos sociais por meio de um discurso próprio, a mídia influencia o funcionamento da sociedade, uma vez que a partir da era digital as linguagens baseiam-se na mídia, como nos apresenta Castells (1999), ao propor o funcionamento da sociedade contemporânea dentro de um paradigma da informação.

A proposta de Castells (1999) aponta para o surgimento de uma lógica de redes, sinalizando a ideia de que as informações veiculadas fazem parte de uma rede de produtores que levam em consideração o público-alvo. Problematicando essa questão, podemos argumentar que a própria autoria, dentro do contexto de uma “sociedade digital”, deixa de existir, uma vez que a informação é produzida em rede. Nessa mesma linha de pensamento, encontra-se Antonio (1998), que fala a respeito da heterogeneidade presente nos mecanismos operacionais da mídia na sociedade contemporânea.

Enquanto na modernidade, o Racionalismo impõe formas de pensar duras na tentativa da ‘redução do todo ao uno mediante a eliminação

² Texto original: “suscita uniformidade de conductas. Señala más bien tendencias y refleja, casi como em um espejo.”. Tradução feita pela autora.

das singularidades' (Coelho, p.311), na sociedade contemporânea há uma aceitação da heterogeneidade e da relatividade cultural, com seus pluralismos, ambiguidades, localismo, simultaneidade, informalidade, subjetividade, suas verdades múltiplas. (ANTONIO, 1998, p.190)

Dentro desse encaminhamento, encontramos os apontamentos de Dijk (2010) a respeito dos usos (e abusos) do poder. Para ele, algumas instituições são controladas por determinados grupos que conseguem impor suas ideias para os outros. Essas instituições são base privilegiada de exercício do poder, pois se encontram em uma dimensão social que tem na palavra sua principal fonte de comunicação e alcance. Algumas dessas instituições, segundo o próprio autor, são: governos, parlamentos, órgãos públicos, judiciário, militares, grandes empresas, partidos políticos, meios de comunicação, sindicatos, igreja e instituições de ensino.

Mais do que considerar o funcionamento e alcance dessas instituições de poder, devemos considerar também os indivíduos que participam (e controlam) tais instituições, uma vez que são esses que fazem o controle do cenário discursivo e, conseqüentemente, influenciam formas de representação da sociedade, materializadas em ações sociais. Dessa forma, embora existam grupos que controlam o poder, ocorre uma interação entre grupos majoritários e minoritários, que convivem mutuamente.

Algumas instituições ou seus integrantes líderes podem realizar atos discursivos que afetam, por inteiro, países, estados, cidades ou grandes organizações, ou podem determinar a vida e a morte, a saúde, a liberdade pessoal, o trabalho, a educação ou a vida particular de outras pessoas, enquanto outras instituições e seus membros exercem um impacto menos amplo e menos sérios sobre outras pessoas (DIJK, 2010, p.55)

Esse encaminhamento é muito importante para nossa discussão, pois a partir dele podemos entender que os meios de comunicação, sendo uma das instituições que pode usufruir de seu papel para criar cenários a respeito de determinados assuntos, pode ter influenciado as práticas sociais das pessoas a partir do acontecimento de "11 de setembro", construindo um imaginário social sobre o terrorismo.

A concepção bancária de educação, proposta por Freire (2014) vai ao encontro dessa ideia, ao colocar que os educandos são transformados em depósitos de informações, o que impede por parte dos mesmos uma crítica mais

pormenorizada a respeito dos assuntos. Do mesmo modo como alguns “educadores bancários” colocam-se na posição de proprietários da verdade, a mídia, na figura do indivíduo jornalista ou repórter, tem se colocado muitas vezes da mesma forma, depositando informações no público.

Continuando com Freire (2011) temos na obra “A importância do ato de ler”, uma continuidade de sua proposta, dessa vez mais libertadora, quando o autor apresenta a ideia de que, apesar da educação bancária servir como depósito, cada sujeito tem uma leitura de mundo única, baseada em sua individualidade e vivência. Isso se manifesta em suas interpretações diante dos assuntos que lhes são colocados nas diversas instâncias da vida.

Dessa forma, mais uma vez apontamos para a ideia de que a construção de imaginários sociais, que são ideias coletivas a respeito dos assuntos, ocorre não apartada do fato de que os sujeitos têm liberdade e condições de entenderem a realidade de acordo com sua visão de mundo. Ainda assim, ocorre a supressão dessas ideias individuais quando as instituições (e, nesse caso, a mídia é apenas um exemplo) fazem uso de clichês e imagens de impactos para propagar determinadas ideias.

Nessa linha, encaminhamo-nos para uma discussão a respeito das práticas discursivas na sociedade contemporânea e, para isso, utilizamos a proposta de Foucault (2012), para o qual:

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2012, p. 8)

A proposta foucaultiana presente nesse estudo deve levar em conta, então, os procedimentos de exclusão da sociedade contemporânea: interdição, pelo qual o sujeito não é autorizado a pronunciar tudo o que tem vontade; oposição entre razão e loucura, pelo qual o discurso que está fora dos padrões sociais estabelecidos é considerado o discurso do louco e, portanto, não deve ser considerado; e vontade de verdade, pelo qual a busca da verdade baseia-se na verdade científica, sendo que todos os outros tipos são descartados e tidos como incorretos.

Nesse sentido, acreditamos ser importante a base teórica que expusemos, pois ela nos dá sustentação para encaminharmos a discussão a respeito da

construção de um imaginário social sobre o terrorismo a partir do acontecimento de “11 de setembro”. Em outras palavras, será a partir do encaminhamento dado pelas perspectivas apresentadas que buscaremos apontar nossa visão com relação aos efeitos das reportagens sobre o acontecimento de “11 de setembro” de *Veja* e *Carta Capital* para a configuração do(s) conceito(s) de terrorismo.

2.2 Iniciando as leituras: instrumentos de coleta de dados

Pensando a respeito das questões elucidadas, propomos o entendimento da mídia como um dos tijolos que estruturam a construção de um imaginário social sobre o terrorismo, a partir do “11 de setembro”. Assim, optamos por trabalhar com duas revistas de grande veiculação no cenário nacional, a fim de organizar uma leitura das reportagens que noticiaram esse acontecimento. Fez parte de nossas inquietações a escolha do material que pudesse nos dar subsídios para a concretização desse estudo. Não obstante, em diversos momentos nos concentramos em discutir a respeito dessa temática, optando pela utilização da *Veja*, por ser uma das revistas de maior circulação nacional e que pode nos dar subsídio para uma análise de sua influência na formação educativa da população em relação ao conceito de terrorismo construído a partir do acontecimento de “11 de setembro” e da *Carta Capital*, por ter um posicionamento político reconhecidamente contrário ao da *Veja*, ideia também apresentada por Bonfim (2009).

A escolha desse tipo de veículo de comunicação (impresso) fundamenta-se na proposta de Dijk (2010), que, ao falar a respeito da importância da mídia para o controle do poder por meio do discurso, aponta para a ideia de que o jornal e a revista têm grande penetrabilidade na vida cotidiana das pessoas, uma vez que pode atingir um grande número de receptores. Some-se a isso, a ideia de que a linguagem midiática, carregada pelo fetiche da palavra e da imagem cada vez mais aperfeiçoada pelas novas tecnologias de informação, traz para o público uma leitura na maioria das vezes carregada de sedução e encantamento, prendendo a atenção por meio das cores, das ênfases nos textos e dos modos como os assuntos são tratados.

Continuando com Dijk (2010) “as notícias na imprensa³ são geralmente mais bem lembradas do que as notícias na televisão e são percebidas como qualitativamente superiores” (DIJK, 2010, p.73). A presença diária das notícias encabeçadas pelos jornais e revistas no dia a dia das pessoas deve ser considerada, uma vez que ela ocorre tanto com a utilização dos meios clássicos de divulgação, impressos em papéis, como por meio de formas mais modernas, como celulares, *tablets* e computadores com programas específicos que levam ao leitor as mesmas notícias que são impressas. Esse novo modo de divulgação da notícia é carregado por um apelo sedutor ainda maior na atualidade, pois se liga a pelo menos duas ideias muito disseminadas atualmente: a da modernidade dos aparelhos e a da sustentabilidade, uma vez que não utiliza papel.

Nessa linha de pensamento, entendemos que o impacto das reportagens dessas duas publicações deve ser considerado, levando-se em conta que a revista *Veja* faz parte do reconhecido grupo da Editora Abril e se destina a um público diversificado, pois, além de reportagens de cunho político, também se consagrou com reportagens de cunho geral. Já a revista *Carta Capital*, da editora Confiança, foi fundada por Mino Carta, antes ligado à revista *Veja* e declara ser “uma alternativa ao pensamento único da imprensa brasileira” em seu site oficial (<http://www.cartacapital.com.br/sobre-cc/>). Sendo assim, as informações semanais de muitos brasileiros são adquiridas por meio das páginas dessas, e outras tantas, revistas de atualidades. Cabe-nos lembrar que as imagens utilizadas por essas publicações não são produzidas pela própria editora, mas por agências de imagens, que vendem seu produto para diversas outras publicações, homogeneizando a forma como as notícias são repassadas.

Um exemplo da utilização de imagens das agências por publicações do lado externo ao da mídia é a presença dessas imagens nos livros didáticos. O livro *Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização*⁴, no capítulo intitulado “Conflitos armados no mundo” apresenta uma imagem bastante utilizada pelas revistas para noticiar o “11 de setembro”: a imagem da segunda torre pegando fogo. Ao lado da imagem, a fonte indicada é a *AFP Foundation*, mesma agência que

³ O termo imprensa é utilizado por esse autor com referência aos veículos de comunicação que fazem uso de materiais impressos para a circulação de notícias.

⁴ SENE, E. & MOREIRA, J. C. *Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização*. São Paulo: Scipione, 2010

aparece em algumas imagens na publicação do dia 19 de setembro de 2001 da *Carta Capital* e também da *Veja*, que noticiaram o “11 de setembro”.

Imagens 1, 2 e 3: as imagens do “11 de setembro” feitas pela *AFP Foundation*



VEJA, 2001, p.55⁵



MOREIRA & SENE, 2010, p.290



CARTA CAPITAL, 2001, p. 19⁶

Para compreender a importância das revistas para a construção do imaginário social, voltemos um pouco à história das revistas no Brasil. Baptista e Abreu (2010) contam que a partir do século XIX, com a chegada da família real às terras brasileiras, surgiu a possibilidade de produzir publicações no território nacional. A autorização para a instalação da imprensa régia chegou no ano de 1908, embora já se tenha notícia de uma revista brasileira no ano de 1812: era um apanhado de 30 páginas de textos sobre literatura, que recebia o nome de “As Variedades” ou “Ensaio de Literatura” e era definida como um folheto.

As revistas chegaram ao Brasil juntamente com a corte portuguesa, no início do século XIX. A autorização para imprimir em território nacional veio com a autorização para a instalação da imprensa régia, em 1908, determinada por D. João VI. No entanto, a primeira revista de que se tem conhecimento, As Variedades ou Ensaio de Literatura, surgiu em Salvador no ano de 1812, seguindo os modelos de revistas utilizados no mundo editorial da época, a revista baiana também tinha “cara e jeito de livro. (BAPTISTA e ABREU, 2010, p.2)

⁵ Todas as imagens utilizadas, da revista *Veja*, foram retiradas da edição especial do dia 19 de setembro de 2001, que noticiou o acontecimento de “11 de setembro”.

⁶ Todas as imagens utilizadas, da revista *Carta Capital*, foram retiradas da edição especial do dia 19 de setembro de 2001, que noticiou o acontecimento de “11 de setembro”.

Para Nascimento (2002), essa publicação, assim como outras que surgiram na época, não tinha a intenção de publicar notícias: “A exemplo de *As Variedades*, as primeiras revistas brasileiras foram, em geral, publicações institucionais e eruditas, que pouco lembravam a configuração que temos do veículo hoje” (NASCIMENTO, 2002, p. 16)

No século XX, os jornais inovaram ao criar uma distinção entre o que era literatura e o que era notícia. Seguindo essa linha, as revistas brasileiras também começaram a ganhar novos contornos, sendo que nesse contexto surge a revista “*O Cruzeiro*”, de Carlos Malheiros Dias, no ano de 1928. Sobre isso, Nascimento (2002) esclarece que:

O marco do jornalismo em revistas dar-se-ia, no entanto, apenas em 1928, com a criação de *O Cruzeiro*, por Carlos Malheiros Dias e que passaria a integrar, juntamente com *A Cigarra*, o grupo de Assis Chateaubriand, os *Diários Associados*. Considerada como pioneira na reportagem, a revista, que circulou até 1975, consolidou-se no gênero com a dupla Jean Manzon e David Nasser, nos anos 40. (NASCIMENTO, 2002, p. 17)

Outra revista de importância no gênero reportagem dessa época foi “*Diretrizes*”, de Samuel Weiner. Criada no ano de 1938 circulou apenas até o ano de 1944, devido às pressões durante o governo de Getúlio Vargas, no Estado Novo. Dentro desse plano, outras revistas de destaque surgem: “*Manchete*” (1952), de Adolpho Bloch e “*Realidade*”⁷, da editora Abril, são alguns exemplos.

Segundo Nascimento (2002), as revistas podem ser segmentadas a partir de 3 características: 1- é uma publicação periódica, que pode ter formato e temática diversos e que se diferencia do jornal pelo seu tratamento visual; 2- as revistas têm uma segmentação referente ao seu público-alvo; 3- a terceira característica refere-se à tentativa de elaboração de uma classificação das revistas no mercado editorial.

A respeito dessa última característica, a autora mostra que as classificações foram se fracionando cada vez mais ao longo do tempo. Inicialmente, poder-se-ia classificar as revistas em quatro tipos. Hoje, temos pelo menos 20. Baseando-se no Instituto Verificador de Circulação (IVC), essa mesma autora fornece a seguinte classificação para as revistas brasileiras: interesse geral/ informação/ atualidades; interesse geral/ ciências; interesse geral/ leitura; interesse geral/ negócios; interesse

⁷ Essa revista, criada no ano de 1966, chegou a contar com uma tiragem de 500 mil exemplares, número considerado bastante alto para a época.

geral/ turismo; feminina/ comportamento/ beleza; feminina/ jovem; feminina/ moda/ trabalhos manuais; feminina/ puericultura; feminina/ culinária; feminina/ saúde; masculina; esporte/ automobilismo; arquitetura; decoração; astrologia; cinema/ música/ TV; construção; infanto-juvenil/ games; informática; outros.

Segundo essa classificação, tanto a *Veja*, da editora Abril, como a *Carta Capital*, da editora Confiança, pelas quais ora nos interessamos, encaixam-se como revista de interesse geral, de informação/ atualidade.

As reportagens das revistas que se encaixam nessa categoria são aquelas que divulgam categorias variadas de notícias, como economia, política, esportes, entre outros. O espaço ocupado pelas seções eminentemente de entretenimento são mais reduzidos nessa categoria. No entanto, os acontecimentos parecem ser noticiados de modo a entreter o leitor, ou seja, a veiculação da notícia é feita com o objetivo de prender a atenção, o que, por vezes, pode distorcer a informação. A partir dessa problematização, buscaremos compreender o modo como a ideia de terrorismo é apresentada pelas revistas *Veja* e *Carta Capital* nas edições especiais do dia 19 de setembro de 2001, que foram totalmente destinadas a noticiar o acontecimento de “11 de setembro”.

Essa forma de entretenimento pode ser percebida no modo como os acontecimentos são noticiados, muitas vezes ligado a uma história descontextualizada e permeada por imagens que mais parecem tiradas das cenas de um filme ficcional. O uso da imagem, nesse sentido é algo que pretendemos examinar mais a fundo, assim como o modo como os textos apresentam o acontecimento. Além disso, o período destinado a noticiar cada assunto também parece ser uma forma de entreter o leitor. No caso do “11 de setembro”, a virada do ano de 2001 para 2002 foi o marco final para noticiar o acontecimento, uma vez que o número de reportagens a respeito do assunto diminuiu drasticamente com a chegada do ano de 2002. Parece que, como meio de conquistar o interesse do leitor, as revistas buscam novos assuntos e novas formas de dramatiza-los, assim que o acontecimento torna-se parte do dia-a-dia e deixa de ser novidade, configurando-se como uma “regularidade histórica”. Vale acrescentar como reflexo dessa dinâmica o grande número de informações apresentadas, em contraposição à homogeneidade como são noticiadas, o que pode refletir em uma deturpação do acontecimento, como destaca Pechula (2009):

Estudos de vários autores (Morin, 1990; Siqueira, 1999; Bourdieu, 1997) já demonstraram que a vasta produção de informações pelos meios de comunicação de massa provoca um imaginário deturpado à medida que ao receptor transmite-se a ideia fragmentada do real, como se fosse a realidade total (PECHULA, 2009, p. 470)

Por esse motivo, enfatizamos a importância de uma (re)leitura de duas revistas de grande circulação no cenário nacional - *Veja* e *Carta Capital* - como forma de desvendar a relação existente entre o acontecimento, a notícia e o imaginário social. Para que esse estudo não se desvincule do contexto de instalação das duas revistas no Brasil, buscamos elaborar um estudo sobre a formação de ambas, vinculando com o desenvolvimento territorial do Brasil.

A revista *Veja* teve sua primeira edição no ano de 1968, fundada por Roberto Civita, filho do italiano Vitor Civita, que protagonizou a fundação do grupo Abril. Sua tiragem inicial foi de 700 000 exemplares, considerada muito alta para a época. O sucesso, no entanto, diminuiu nas semanas seguintes e, segundo Baptista e Abreu (2010) “Somente após dez anos de circulação a revista semanal *Veja* conseguiu arrecadar mais do que gastava em sua produção” (p.14). Corrigido o “problema”, a *Veja* se tornou sucesso de público, chegando a tiragem de 1,2 milhões de exemplares nos anos 2000 (segundo Bonfim (2009) a tiragem n. 1958 foi de 1 222 121 exemplares) tendo atualmente a quarta maior tiragem do mundo.

Na edição de 05 de junho de 2013, a revista fez uma homenagem ao seu fundador, Roberto Civita, que falecera na semana anterior. Nela, as reportagens trazem diversas informações a respeito da história da publicação, assim como de seu escopo e público alvo, sendo, por esse motivo, uma importante fonte de leitura para nosso estudo. Uma dessas reportagens discursa a respeito do comprometimento da revista em trazer notícias de forma neutra e verdadeira, usando o conhecimento científico para fomentar as informações:

Ele [Roberto Civita] tinha total confiança na força da razão informada pela ciência e pelo conhecimento técnico, estatístico, demográfico, matemático e físico. A racionalidade e a linguagem exata eram para ele os únicos instrumentos capazes de capturar e descrever com clareza os acontecimentos naturais, sociais e econômicos. (p. 12)

O tom dessa afirmação pode ser capturado em diversas reportagens dessa e de outras edições da revista, que parece buscar convencer o leitor a respeito da

propagação de uma verdade absoluta a serviço do cidadão comum, por meio do uso de dados estatísticos e de especialistas de diversas áreas. Isso manifesta a ideia já apresentada a respeito do poder do discurso científico diante dos outros tipos de discurso para apresentar os acontecimentos.

A respeito disso, o título da edição da capa, que traz foto de Roberto Civita, é “Uma vida dedicada à verdade”. Essa ideia vai ao encontro do que estamos discutindo, já que pode ser configurado como um dos mecanismos de exclusão do discurso proposto por Foucault (2012): a vontade de verdade. A “vontade de verdade” é um dos mecanismos de exclusão do discurso, ao lado da “interdição” e da “oposição entre verdade e loucura”, os quais serão investigados abaixo. O autor propõe que esse mecanismo é (do total dos três propostos) o que mais se desenvolve na sociedade contemporânea, uma vez que atravessa os outros dois. É por isso que a busca pela verdade é proferida pela revista como meio de levar ao público os acontecimentos reais. Isso é feito a partir de um discurso científico, ligado a uma enunciação técnica, por meio de provas científicas, conduzindo a formas de se entender a realidade totalmente pautadas naquilo que a ciência entende como verdadeiro. Daí a busca, por parte das revistas, por especialistas tirados das universidades, a fim de tornarem possível o “legado” de Roberto Civita: “Uma vida dedicada à verdade”. Apoiados em um discurso científico homogeneizado, que não leva em conta os interstícios do meio acadêmico, o qual muitas vezes se estrutura em teorias opostas a respeito do mesmo assunto, e deixando totalmente de lado outros tipos de discursos, as revistas enfatizam o seu comprometimento com a verdade, podendo induzir o leitor a entender que aquilo que está sendo expresso na revista é inquestionável:

Creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre a falar de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. (FOUCAULT, 2012, p. 17)

Nosso outro instrumento de análise, a *Carta Capital*, parece encontrar-se do outro lado do ponto de vista ideológico da *Veja*. A começar pelo processo de criação da revista, a *Carta Capital*, da editora *Confiança*, já nasce como um contraponto, pois foi fundada no ano de 1994 por Mino Carta, o qual fora demitido da editora Abril no ano de 1975, devido a pressões exercidas pelo governo militar.

Conta-nos Bonfim (2009) que, inicialmente, era uma revista de circulação mensal, mas que “em agosto de 1996, dois anos após seu lançamento, a publicação passou a ser quinzenal, e, em 2001, adquiriu o caráter semanal que ostenta atualmente.” (BONFIM, 2009, p. 6). Ainda segundo esse autor, a revista conta com uma tiragem de 50 000 exemplares, portanto tem um alcance bem menor que os mais de 1 milhão de exemplares da *Veja*. Se comparada às revistas de maior porte, possui uma redação mais enxuta, sendo que muitos colaboradores trabalham em sistema *home office*, ou seja, não fazem parte do quadro geral de funcionários da redação. Esses colaboradores são convidados pela revista para fazerem artigos especiais, conforme a necessidade da mesma e são apresentados como especialistas, muitas vezes na capa da revista, como é o caso da edição especial sobre o acontecimento de “11 de setembro”, que discutiremos abaixo. Essa é uma forma de enfatizar para o leitor a presença do discurso científico, ligado à confirmação da verdade, assim como já discutimos acima.

O estudo encaminhar-se-á por meio dessas duas publicações, buscando compreender a construção de um imaginário social sobre o terrorismo, a partir do acontecimento de “11 de setembro”, uma vez que essas revistas têm grande alcance nacional. O estudo também apresentará, de forma secundária, outras publicações, como forma de extrapolar uma leitura analítica das reportagens de capa da *Veja* e da *Carta Capital*, buscando subterfúgios em outras fontes sempre que necessário, com vistas a ampliação da reflexão em torno do tema. Dessa forma, apontaremos abaixo nossa perspectiva a respeito da ideia de imaginário social.

2.3 Para deixar claro: o que é imaginário social?

O imaginário social, na concepção de Diaz (1996, p. 13), revela a construção de modelos sociais concebidos de forma padronizada. “O imaginário social é uma complexa rede de relações entre discursos e práticas sociais” que interage com as individualidades e se constitui com base nas coincidências valorativas das pessoas. “Instala-se nas distintas instituições que compõem a sociedade e atua em todas as instâncias sociais”.

No caso da sociedade contemporânea, aqui compreendida como digital, o imaginário é fomentado pelos meios de comunicação de massa, referindo-se às

ideias que coincidem entre diferentes tipos de pessoas a respeito de determinado assunto. Na atualidade, essas coincidências estão ligadas às formas como a mídia repassa as informações. É importante levar em conta, no entanto, que o imaginário social considera a atuação das individualidades, pois é aí que ele nasce e que atua constantemente. Em outras palavras, as ideias coletivas a respeito de determinados assuntos, assim como a maneira pela qual se instauram em relação aos acontecimentos cotidianos, nascem no indivíduo e estabelecem uma rede de conexões entre um indivíduo e outro, materializando-se nas ações socialmente aceitas.

A passagem entre o campo das individualidades, onde as ideias nascem, e a materialização das mesmas, percebida nas ações dos grupos que compõem a sociedade, ocorre nas instituições. Elas permitem que uma ação individual passe a ser aceita socialmente até o ponto em que não é mais questionada. Essas ações tomam corpo na vida das pessoas como se fossem naturais: a ação, de tão “normal” - no sentido de banal, de comum - normatiza-se⁸.

Essa normatização vai ao encontro de uma vida socialmente harmoniosa. Nossas atitudes dependem de determinados parâmetros, de regras de conduta, de crenças e de valores socialmente estabelecidos, mas que surgiram de individualidades. Tudo isso, quando toma corpo social, paradoxalmente, se esvazia de qualquer individualidade, embora ela seja necessária, inicialmente, para que as ideologias e as formas de comportamento nasçam. Indo mais adiante, aquele que não segue a tendência alimentada pelo imaginário social torna-se socialmente excluído (marginalizado).

A linguagem exerce papel fundamental na construção do imaginário social, uma vez que, por meio dela, a ação individual torna-se socialmente aceita e normatiza-se. Como o homem é o único animal que fala, a língua constitui-se o componente fundamental do imaginário social (Díaz, 1996). O uso da língua e da linguagem permite ao indivíduo, enquanto ser social, compartilhar com outro um sistema simbólico, estabelecendo uma rede de relações que possibilita a construção do imaginário social.

⁸ O conceito de norma foi proposto por Foucault (2011) na obra *Microfísica do Poder*, na qual o autor explica que a normatização dos comportamentos ocorre a partir do estabelecimento de regras disciplinares, as quais estabelecem o que é tido como normal. A normatização, então, não se estabelece na forma da lei, mas a partir de um conjunto de dispositivos que impõem formas de comportamentos socialmente aceitáveis.

Ao estabelecer essa rede de relações, o indivíduo, inconscientemente, incorpora o imaginário social para fomentar a escolha do discurso utilizado com cada grupo social do seu *métier*. Assim, embora o imaginário social possa ser entendido como uma ideia a respeito de determinado assunto e, portanto, não tenha materialidade, ele é materializado em seus efeitos sobre a sociedade. A mídia atua como o *locus* principal da construção desse imaginário, pois a linguagem que ela usa é facilmente apreendida pelo indivíduo. Por meio dos recursos midiáticos os Estados Unidos, por exemplo, conseguem alimentar a sua posição imperial diante dos demais países:

Se o Império Romano dominou o mundo pela espada e pelos ritos, o Império Americano controla pelo capital e pela agenda midiática do democratismo comercial (informação, difusionismo cultural, entretenimento) (SODRÉ, 2011, p. 28)

Então, as ideias apresentadas pelos meios de comunicação sobre o terrorismo ganharam contornos bastante fortes para a construção de um imaginário social sobre o assunto, a partir do acontecimento de “11 de setembro”. Para Dijk (2010), a mídia é responsável pelo controle do poder social, uma vez que pode usar a língua de maneira a formar uma visão coletiva a respeito dos assuntos:

O abuso de poder só pode se manifestar na língua onde existe possibilidade de variação ou escolha, tal como chamar uma mesma pessoa de “terrorista” ou de “lutador pela liberdade”, dependendo da posição e da ideologia do falante. (DIJK, 2010, p.13)

Díaz (1996, p.17, tradução nossa) fornece elementos para elucidar a questão, quando afirma que “o imaginário social funciona como parâmetro das condutas, das palavras e das expectativas”⁹. Ao fazer essa colocação, a autora mostra que é possível antever algumas reações coletivas a partir do imaginário social, sendo possível, então, questionar o posicionamento da mídia em relação ao modo como noticia os acontecimentos. Problematicando a questão, a leitura das revistas apontar-nos-á caminhos para entender de que modo a mídia pode funcionar como um veículo de transmissão não apenas de informações, mas de parâmetros de condutas e de controle da vida, ao construir um conceito de terrorismo, a partir das reportagens que noticiaram o “11 de setembro”. Assim, pode-se entender que os

⁹ Texto original: “el imaginario social funciona como parâmetro de las conductas, de las palabras y de las expectativas”

textos sobre o acontecimento de “11 de setembro” veiculados nas revistas propagam ideologias que são disseminadas e, com eficiência, alimentam o imaginário social a respeito do terrorismo. Nesse sentido, a mídia funciona como um instrumento que se estabelece na sociedade a partir de uma linguagem pedagógica.

2.4 O discurso midiático como linguagem pedagógica

Falando a respeito dos Estudos Críticos do Discurso (ECD), Dijk (2010) nos coloca que este não deve ser entendido de forma isolada, mas a partir de uma interação e de uma prática social que, longe de situar-se no indivíduo, faz parte de uma rede de relações que atravessa a vida de quem profere e também de quem recebe o discurso. Levando em conta esse aspecto, buscamos compreender o modo como o discurso midiático, alicerçado no discurso de uma “elite simbólica”¹⁰, pode contribuir com a disseminação de uma visão coletiva a respeito do terrorismo.

Nessa linha, Ianni (2004) aponta que os ataques do dia 11 de setembro de 2001 instalaram um controle de indivíduos e coletividades por meio do medo. Assim, os controles militares e jurídicos aumentaram tanto nos Estados Unidos, como nos países da Europa a partir desse acontecimento, instaurando uma forma de organização social que se justifica pela violência instalada pelo mundo islâmico a partir do acontecimento de “11 de setembro”. Para este autor, os efeitos se evidenciam nas imagens mostradas pela mídia que, muitas vezes confundem-se com cenas de filmes:

As cenas da catástrofe que ocorre em Nova York, quando desabam as torres gêmeas do World Trade Center, impressionam inclusive pela semelhança com cenas de filme de catástrofe. Uma parece reprodução, imitação ou continuação da outra. Uma é o produto de um ataque terrorista, ao passo que a outra é o produto da indústria cultural, na qual germina a cultura do terrorismo. (IANNI, 2004, p.230)

Nessa perspectiva, compartilhamos a ideia de que a mídia, por meio do uso de um discurso que lhe é próprio, pode forjar algumas ideias a respeito dos

¹⁰ Dijk (2010) estabelece que o poder pode ser exercido mais facilmente por alguns grupos sociais que detém condições de persuasão e manipulação maior que outros, uma vez que encontram-se em posição de prestígio e/ou autoridade diante dos demais. Alguns dos grupos que fazem parte da “elite simbólica” segundo o autor são: políticos, jornalistas, escritores, professores, advogados e burocratas.

acontecimentos. Isso é possível porque o poder é entendido enquanto uma entidade de controle. Assim, alguns grupos conseguem objetivar mecanismos que lhes permitem controlar os demais.

Um dos mecanismos utilizados pela mídia para convencer as pessoas de que o que diz é verdadeiro reside na utilização de especialistas de diversas áreas para falar a respeito dos assuntos. Muitas vezes, as matérias são assinadas por pessoas do meio acadêmico, não por jornalistas. Na maioria delas, não se menciona aspectos importantes para entender a visão daqueles especialistas, como seu histórico político, por exemplo. Dessa maneira, passa-se a impressão de que a fala do especialista é inquestionável, porque está livre de qualquer tipo de apego político-ideológico¹¹.

A ideia de controle de um grupo perante os demais também é trabalhada por Freire (1981), para quem os grupos “dominados” são aqueles compostos por sujeitos “alienados”¹². A alienação ocorre quando o sujeito não consegue perceber-se no mundo, perdendo a capacidade de subjetivar a totalidade do mesmo. Dessa forma, esse sujeito vive apenas o tempo presente, descontextualizando-se da história. Assim, ele não tem um comprometimento com uma sociedade humanizante que sirva aos ideais de solidariedade e transformação do mundo.

O “dominado” ou o sujeito “alienado” passa a contar com uma infinidade de informações presentes em imagens e textos dos instrumentos que lhes são oferecidos. Vivendo em uma era digital, os instrumentos midiáticos cumprem com essa tarefa ao oferecer às pessoas a informação travestida de conhecimento. Dessa forma, o sujeito acredita estar participando da vida cotidiana do mundo da política, da economia ou da sociedade, quando, na realidade, muitas vezes está apenas adquirindo mais informações, sem ter condições de apreendê-las de forma crítica.

Pensando no modo como a mídia atua na sociedade atual, podemos entender que a seleção assim como o modo como os acontecimentos são analisados pelos instrumentos midiáticos e repassados ao sujeito são dependentes da lógica do

¹¹ Nessa linha, podemos utilizar como exemplo as discussões em torno da regulamentação da profissão de jornalista. Atualmente, no Brasil, não é necessário possuir graduação em jornalismo para exercer a profissão, o que vai ao encontro das publicações no que diz respeito à utilização de especialistas para a elaboração de textos jornalísticos.

¹² Longe de nos apegarmos a esse ou aquele conceito, definição ou palavra, estamos preocupados, nesse momento, com a ideia por trás da “dominação” ou da “alienação”. Dessa forma, embora possa parecer estranho para algumas pessoas utilizar determinados vocábulos na mesma frase, ou no mesmo texto, ousamos fazê-lo neste momento, pois nos preocupamos com as ideias que elas carregam.

espaço em que a imprensa está inserida. Uma mesma informação pode ser noticiada de maneiras completamente diferentes, dependendo da intencionalidade, das forças externas do espaço e da orientação política da imprensa.

À medida que nos encaminhamos para essa reflexão, percebemos que há uma forma de entendimento da notícia enquanto instrumento desconectado da vida cotidiana comum, pois aquilo que aparece na mídia, muitas vezes está ligado a acontecimentos extraordinários, fora do comum. Dessa forma, ao entender-se apenas como pertencente ao presente, o sujeito não consegue extrapolar a fronteira do eu. Desconectando-se da totalidade do mundo, esse sujeito não percebe que a notícia refere-se a um mundo no qual ele também habita e que, portanto, de que ele faz parte.

Ao defrontar-se com os textos e as imagens mostradas pelas revistas, o sujeito pode passar por um processo de confusão, acreditando estar adquirindo conhecimento pelo simples fato de estar sendo informado. Se ele não tem condições de perceber-se no mundo, fazendo uma crítica do que lê, está apenas sendo informado e, ainda assim, a partir de uma visão de mundo que, longe da neutralidade, carrega consigo uma porção de subjetivações ligadas tanto aos ideais da revista, como ao entendimento do acontecimento por parte de quem assina a matéria. Dessa forma, entendemos que a mídia pode funcionar como um instrumento capaz de atravessar a vida do sujeito de modo a determinar algumas visões a respeito dos assuntos. Em outras palavras, pode ser considerado um instrumento pedagógico, que constrói imaginário(s) social(s) sobre diferentes assuntos, inclusive sobre o terrorismo.

Do outro lado da moeda, temos a imprensa. Estando inserida na sociedade digital, ela também participa da massificação da notícia e das fôrmas estabelecidas pelo imaginário social. Nesse sentido, como é composta (e em certa medida produzida) por sujeitos, a mídia não deve ser entendida como um ser maquiavélico que estabelece formas de entendimento da realidade carregadas de subjetivações porque o quer, mas sim como apenas mais um dos instrumentos que ajudam na construção de imaginário(s) social(s) sobre os assuntos, exatamente porque também faz parte do imaginário social. Acontece que, por vivermos em uma sociedade que cultua os sistemas digitais, a mídia tem se tornado, cada vez mais, o instrumento mais importante na construção desses imaginários.

Pensando na cobertura feita pela televisão no acontecimento histórico de “11 de setembro”, Rial (2003) identifica que a notícia veiculada é, na maioria das vezes, homogeneizada dentro de cada espaço, pois apesar de haver uma cobertura mais ou menos padronizada com relação aos assuntos desse acontecimento, tais notícias ganham contornos próprios em alguns locais, dependendo da orientação política. Ao noticiar o acontecimento, a mídia pode forjar formas de compreensão da realidade que justificam ideias equivocadas a respeito de alguns assuntos e que, em certa medida, garantem uma mesma visão, assimilada cotidianamente pela população em geral, podendo proporcionar uma forma coletiva de compreensão da realidade.

Se fôssemos julgar pelas imagens mostradas nessas redes o mundo islâmico seria formado por seres humanos sempre agrupados, permanentemente gritando, com as mãos erguidas ameaçadoramente, barbudos, que portam fotos de Bin Laden, que jamais andam ou falam individualmente, com soldados correndo atrás deles. (RIAL, 2003, p. 10)

Ao trabalhar com imagens e textos que seduzem e usar estratégias de convencimento, por meio da usurpação do discurso científico, o qual é mais aceito como verdadeiro na sociedade contemporânea, a mídia pode forjar formas de entendimento da realidade carregadas da ideologia alimentada apenas por alguns grupos. Essas formas de entendimento têm grande facilidade de acesso às pessoas e, por si só, intermedeiam as relações humanas de modo a estabelecer uma interatividade que pode ser compreendida como uma linguagem pedagógica, pois constrói formas de compreensão da realidade. Essas formas de compreensão estabelecem-se de maneira eficaz na sociedade contemporânea, estabelecendo um modelo de ação e reação das pessoas com relação aos assuntos, construindo formas coletivas de compreensão da realidade que chamamos “imaginário social”, na concepção de Díaz (1996).

Ainda que nos pautemos na ideia de linguagem pedagógica da mídia, não estamos apegados a uma questão determinista, em que o sujeito é mero receptor da informação, sem nenhum tipo de questionamento ou reação. Pelo contrário, partimos da ideia de que o conhecimento é um construto humano que se dá de forma mais complexa que isso. Levamos em consideração o que nos coloca Freire e Guimarães (2011) de que os meios de comunicação funcionam como um transmissor de informações que limita a práxis do sujeito, a medida que diminui o processo de ação reflexão, ao trabalhar com imagens de impacto e textos assinados por especialistas,

de modo que o cidadão comum sente-se impossibilitado de questionar aquela informação. Dessa forma, o sujeito, aceita-a como verdade, porque se compreende incapaz de questioná-la. Nesse sentido, a mídia pode criar “imaginários sociais”, ainda que nem todos os sujeitos apreendam os assuntos da mesma forma.

3 A MÍDIA CONTEMPORÂNEA NO CONTEXTO DO PARADIGMA DA INFORMAÇÃO

“Não é possível um compromisso verdadeiro com a realidade, e com os homens concretos que nela e com ela estão, se desta realidade e destes homens se tem uma consciência ingênua.”

(FREIRE, P., 1981, p.10)

Um novo modelo de mídia surge a partir dos séculos XX e XXI. Chamada por alguns de contemporânea, ela caracteriza-se pelo estabelecimento de redes em todas as partes do mundo, dado nunca visto anteriormente e que ocorreu graças ao desenvolvimento das tecnologias da informação. Como reflexo disso, os conflitos, alimentados pelo acúmulo e circularidade cada vez mais da informação, passam a extrapolar os limites nacionais e continentais de sua origem.

No ano de 1450 foi inventada a prensa tipográfica por Johan Gutenberg de Maninz. Acredita-se que a criação se deu com base nas prensas de vinhos de sua região natal, às margens do rio Reno. O primeiro livro que se tem notícia, uma bíblia, foi publicado no ano de 1455 e, a partir dele, houve uma diminuição dos custos de impressão, aumentando o acesso de pessoas de baixa renda aos livros (BRIGGS e BURKE, 2006).

Briggs e Burke (2006) no livro “Uma história social da mídia” fazem uma revisão da história da imprensa, principalmente em seus primórdios, na Europa e nos Estados Unidos. Segundo eles, é uma história marcada por questões de ordem política e econômica que alimentam a discussão com relação ao papel da mídia na sociedade contemporânea. A França pode ser usada como exemplo dessa dinâmica. No final do século XIX, o país passou por uma onda de reivindicações, que culminou em uma nova lei da imprensa, a qual colocava fim à obrigação de se fazer depósito de dinheiro em caução, como garantia de pagamento de multas em caso de difamação.

Nessa mesma linha, jornais ingleses, como o *The Times* e estadunidenses, como o *Herald*, colocaram à prova seu alcance ao questionarem o pagamento de impostos aos cofres públicos. Em todos os casos, a discussão seguiu a linha argumentativa de que essas publicações fomentam a construção do conhecimento e que, por esse motivo, deveriam ficar livres do pagamento de taxas, uma vez que ofertam à população algo que lhes traz apenas benefícios. De outro lado, havia

aqueles afirmando que há grande diferença entre informação e conhecimento, diminuindo a importância da imprensa nesse sentido¹³.

Paradoxalmente às discussões com relação aos custos provenientes dos impostos cobrados sobre as publicações, que encareciam o produto, o preço da impressão diminuía ao mesmo tempo que o público aumentava como resposta à popularização do letramento durante o século XIX. O que se viu a partir daí foi uma somatória de dois fenômenos: o aumento do número de tabloides e a introdução de sessões dedicadas ao entretenimento como resposta aos ideais do mercado.

Dentro desse contexto na Europa e nos Estados Unidos surgem os primeiros cursos de graduação em jornalismo, uma vez que, como visto acima, ocorreu um aumento da importância da imprensa nesse período. Assim, o jornalista passou a ser tratado como um profissional que fazia parte de uma intelectualidade nascente e que passava a ser lido e discutido nos clubes frequentados por pessoas das elites desses países. Já no século XX, influenciado pela intelectualização da figura do jornalista, tem início o jornalismo investigativo que denuncia acontecimentos políticos e sociais.

Foi também no século XX que os grandes grupos empresariais começaram a concentrar o poder da mídia, o que atrapalhou os interesses dos partidos políticos da época em relação à busca de eleitorado. Os grupos não estavam mais interessados nos partidos que venceriam as eleições. Eles haviam encontrado uma nova forma de manter-se no poder: controlando a mídia e lucrando por meio daquilo que transmitiam.

A concentração de poder na mídia no século XX tornou-se uma fonte cada vez maior de preocupação pública entre 1961 e 1981. Ela embaçou não apenas a maioria das possíveis linhas divisórias entre informação e entretenimento (com um pouco de educação no meio), mas também a linha que separa os partidos políticos entre esquerda e direita e, por fim, as diferenças entre as mídias.” (BRIGGS e BURKE, p.211, 2006)

Assim, a partir dessa concentração de poder que se iniciou no século XX, o que é noticiado pelos diversos grupos empresariais que controlam a mídia passa a

¹³ É importante destacarmos que concordamos com a ideia de que a oferta de informação, por si só, não constrói o conhecimento, o qual se estabelece a partir de uma rede de conexões da qual a informação é apenas uma das esferas. Assim, para adquirir conhecimento, o indivíduo faz uso também de seus valores, éticas e hábitos culturais. Apesar disso, entendemos que o aumento do repasse de informações, que ocorre a partir do desenvolvimento das mídias de comunicação, facilita a construção do conhecimento, à medida que aquela é uma das esferas deste.

ganhar cada vez maior homogeneidade, uma vez que sua preocupação deixa de ser partidária.

A despeito do aumento da impressão de livros no “Velho Mundo”, alguns locais, como a Rússia czarista e o mundo muçulmano, continuaram criando empecilhos à disseminação das ferramentas de impressão em seus territórios, provavelmente como forma de barrar a entrada de ideias novas que contrastassem com os ideais da época, tanto que, no caso da Rússia, apenas no século XVIII, o czar Pedro, o Grande, fundou a primeira gráfica (no ano de 1711). No caso do mundo muçulmano, o sultão Murad III permitiu a venda de livros impressos no final do século XVI, mas apenas aqueles que tivessem caracteres árabes.

Nesse sentido, o desenvolvimento da prensa tipográfica, importante tecnologia de impressão do século XV, desde o início, não significou a disseminação das informações que estavam contidas nessas impressões, uma vez que tal difusão depende, também, das possibilidades e das vontades engendradas pelos governos e pelas instituições para a introdução dessas tecnologias em cada território.

De forma análoga, a mídia contemporânea instalada em uma era digital não determina a chegada das informações da mesma forma em todos os locais e nem com a mesma intensidade, mesmo com toda a tecnologia e os meios de difusão disponíveis, já que tem uma relação de dependência com governos e instituições. Essa ideia merece maior tratamento e um olhar bastante crítico, uma vez que se tem a impressão contrária devido à instalação das novas tecnologias de informação, que incitam a ideia de democratização da mesma, por meio do uso da internet. Todavia, não podemos perder de vista que mesmo as informações disponíveis na internet e nos demais meios de comunicação fazem parte de uma complexa rede de relações da qual fazem parte alguns elementos que devem ser considerados, como: o posicionamento ideológico de quem escreve, a forma de divulgação, o posicionamento governamental, entre outros. Essa discussão, embora importante, não é o foco de nosso estudo, ficando aqui mais uma ressalva para futuros estudos.

Além dos governos e das instituições, o contexto social, político e cultural de cada território pelo qual passa a informação deve ser considerado. Na época da prensa tipográfica de Gutenberg, por exemplo, os territórios marcados por forte presença de culturas iletradas teve uma quase ausência de público que pudesse ler essas impressões. Atualmente, nas regiões do globo afetadas por questões socioeconômicas e políticas, que vão desde a disseminação da miséria até a

censura de governos ditatoriais, há poucos meios eficazes para a disseminação das informações diante do contexto em que vive a população dessas localidades.

Retomando o exposto no primeiro parágrafo, a mídia contemporânea pode alimentar formas de relação que contribuem com a instalação de conflitos entre os territórios, como nos coloca Ianni (2004), o qual considera que *“os mesmos nexos constitutivos das relações, processos e estruturas sociais que se desenvolvem com a globalização, tanto alimentam a integração como a revolução.”* (IANNI, 2004, p. 18). Nesse sentido, as mudanças provocadas pelo processo de “mundialização” da economia são orquestradas pela mídia e causam mudanças contínuas, inclusive aquelas ligadas às questões dos nacionalismos e dos localismos e as de reafirmação de identidades. Isso possibilita a configuração de uma sociedade que se estrutura na conflagração de diferenças em diversas esferas: políticas, culturais, sociais. Ao mesmo tempo, no entanto, as nações sentem necessidade de se relacionar, ainda que apenas economicamente, umas com as outras. Assim, as relações estabelecidas em escala mundial conferem a algumas nações o papel de submissão em relação às outras que são consideradas grandes potências econômicas e militares.

Com o surgimento de uma cultura de massa, influenciada pelas tecnologias criadas a partir do desenvolvimento da mídia, estabelece-se uma dinâmica de redes. Para Magnoli (2006), o uso dos microprocessadores para a transmissão de informação teve o mesmo impacto no século XXI que a eletricidade, no século anterior. Isso porque o uso desses equipamentos torna-se cada vez mais difundido e é capaz de modificar a estrutura da sociedade, pois influencia o modo como as pessoas reagem tanto diante da aquisição de informações, como diante do modo pelo qual se apropriam dessas informações.

Sobre esse assunto, Castells (1999) pondera a respeito do papel do Estado para o desenvolvimento de um novo modelo de mídia. Para ele, há grande influência do poder estatal na consolidação das tecnologias das informações. Todavia, devemos considerar que essa influência não anula o papel dos empresários inovadores, que participaram direta ou indiretamente do processo de criação de tais tecnologias, na caracterização das mesmas. Nesse sentido, podemos entender que tanto o Estado como os empresários inovadores têm papel importante a respeito do que e do como as notícias são veiculadas.

A partir daí, buscamos compreender a sociedade contemporânea dentro do contexto em que se instala o “paradigma da informação”, ideia apresentada por Castells (1999) e que, segundo ele pode ser delineado a partir de cinco características:

- I. a informação é a matéria prima do paradigma da informação. Assim, as tecnologias são criadas em função das informações e não o contrário;
- II. A sociedade é o reflexo das informações repassadas pela mídia, uma vez que a circularidade das mesmas permite o atravessamento da vida cotidiana;
- III. Ocorre a configuração de uma lógica de redes, que está tomando conta de quase todas as atividades humanas;
- IV. Baseado na flexibilidade, esse paradigma dinamiza-se a medida que a sociedade se modifica. Assim, o paradigma da informação tem condições de se reestruturar e de se reorganizar para atender às necessidades de alguns grupos;
- V. Há uma convergência entre tecnologias novas e antigas, tornando difícil a distinção entre umas e outras. Nesse sentido, não existe uma distinção hierárquica clara entre tecnologias mais antigas e mais recentes.

Baseando-nos na proposta apresentada por Foucault (2005) no livro *“Arqueologia do Saber”*, entendemos que o acontecimento, na sociedade em que se instala o paradigma da informação, estrutura-se em condições não-discursivas, as quais possibilitam que os discursos tenham condições de existência. Dessa forma, a materialidade dos discursos na sociedade contemporânea influencia as formas como as notícias são apresentadas, assim como a escolha dos acontecimentos que serão noticiados. Isso ocorre porque os conceitos apresentados são entendidos como válidos por meio de sua disseminação e não de sua história:

a história de um conceito não é, de forma alguma, a de seu refinamento progressivo, de seu gradiente de abstração, mas a de seus diversos campos de abstração e de validade, a de suas regras sucessivas de uso, a dos meios teóricos múltiplos em que foi realizada e concluída sua realização. (FOUCAULT, p.5, 2008)

Ao evidenciar o modo como o conceito passa a ser aceito na sociedade contemporânea, Foucault (2008) joga luz à ideia de que sua representatividade e validação ocorrem por meio de uma dinâmica desconectada de uma crítica social

referente à verdade que o mesmo mostra, mas baseada em seu uso mais ou menos disseminado. Em outras palavras, parece-nos que o conceito é aceito como válido, quando ganha proporções maiores no campo discursivo, sendo mais divulgado.

Nessa linha de pensamento, entendemos que a instalação de um “paradigma da informação” na sociedade contemporânea criou uma esfera de propagação da informação em que o sujeito passou a entender que o único modo de se obter informação é por meio dos veículos de comunicação. À medida que o acúmulo de informação torna-se cada vez maior, uma vez que ela é matéria prima do paradigma da informação, ocorre a criação de uma nova identidade para o conhecimento.

Ao mesmo tempo, a informação (e o modo como ela é repassada pelos instrumentos midiáticos) é matéria-prima para o processo de modelação da sociedade mundializada que nos fala Ianni (2004). Todavia, o indivíduo não deve ser entendido como mera ferramenta nas mãos dos empresários da mídia, pois é capaz de utilizar a informação como meio de salvaguardar algumas ideias que tem a respeito do mundo, não estando, nenhuma das duas esferas (mídia ou indivíduo) completamente passivas nesse processo.

Contudo, a dinamização das tecnologias da informação ocorre de acordo com as necessidades de alguns grupos. A ideia de que nem todos recebem as informações da mesma maneira liga-se ao modo pelo qual as relações de poder se estabelecem na sociedade contemporânea. Assim, a mídia apresenta uma interpretação do acontecimento por meio da notícia. Essa interpretação oferece subsídios para o exercício do poder de alguns grupos, ainda que, localmente, os grupos sociais continuem moldando as informações aos seus modos de vida específicos.

Foucault (1979) apresenta a ideia de que a sociedade convive constantemente com os confrontos, que são alicerçados nas relações de poder entre os diversos grupos sociais. Assim, partilhamos a ideia de que os grupos que compõem a estrutura midiática têm estratégias que visam a manutenção desse grupo no poder, enquanto os demais grupos, ainda que exercendo poder de menor alcance, tentam se libertar dessas amarras, estabelecendo um conflito constante.

A partir desses pressupostos, buscamos compreender o que coloca um discurso em um nível de penetração maior que o outro. Acreditamos que uma das estratégias seja a usurpação do discurso científico pela mídia, uma vez que esse discurso é altamente aceito por quase todos os grupos na sociedade

contemporânea. É comum encontrar jornais, revistas e até emissoras de TV que contratam especialistas para falar de determinado acontecimento, como forma de reafirmar uma verdade inquestionável.

Seguindo nessa perspectiva, Castells (1999) explica que apenas as informações transmitidas pelos instrumentos midiáticos chegam ao público. Podemos entender a partir desse dado que, em geral, as pessoas conseguem ter acesso apenas às informações que são veiculadas pela mídia, a qual noticia aquilo que faz parte de interesses próprios, ligados aos grupos que detém maior circularidade do poder, a partir de suas práticas discursivas.

A própria evolução da mídia não ocorreu apartada dos conflitos. A transmissão deles de forma sensacionalista deu-lhes *status* de grandes eventos. As imagens veiculadas podem induzir a opinião do leitor, na tentativa de criação de cenários ligados ao entendimento de uma verdade absoluta. Nessa perspectiva, a mídia tem grande influência na construção de um imaginário social sobre o terrorismo, ainda que consideremos os aspectos das pessoas em sua individualidade, pois:

ênfatar a autonomia da mente humana e dos sistemas culturais individuais na finalização do significado real das mensagens recebidas não implica que os meios de comunicação sejam instituições neutras, ou que seus efeitos sejam negligenciáveis. (Castells, 1999, p.360)

Ao analisar como os ataques terroristas de “11 de setembro” foram noticiados, Rial (2003) notou que os repórteres faziam uso de eufemismos para falar dos mortos no Afeganistão, referindo-se aos mesmos como “efeitos colaterais”. Era comum mostrar pessoas mortas no conflito EUA – Afeganistão. Por outro lado, poucas pessoas mortas foram mostradas nos ataques ao “World Trade Center” - WTC e ao Pentágono, como modo de manter a dignidade do povo estadunidense.

Tais atitudes da imprensa, sem dúvida, criam uma opinião coletiva a respeito do conflito que influencia o modo como o sujeito ocidental o percebe. Esse processo deve ser considerado, principalmente porque é por meio desses meios de comunicação que a sociedade em geral adquire informações e, assim, acaba se (in)formando.

No ano de 2011, período em que os ataques “terroristas” completaram 10 anos, a imprensa brasileira retomou o assunto, por meio de documentários que

mostravam novamente as imagens dos ataques, entrevistas com especialistas e celebridades comentando a respeito de suas atividades cotidianas quando receberam a notícia. Isso nos parece uma forma de fazer as pessoas reviverem tais emoções, influenciadas por aquilo que os “famosos” declaram. Nessa mesma linha, acontecimentos novos retomam a ideia de terrorismo, nos moldes do acontecimento de “11 de setembro” vez ou outra, como é o caso do sumiço do *Boeing 777-200*, da empresa aérea *Maylaysia Airlines*, ocorrido em 08 de março de 2014, o qual inicialmente foi questionado como um atentado terrorista.

A busca pelo aumento da audiência por parte da televisão e pelo aumento da vendagem por parte das revistas e dos jornais, juntamente com a evolução tecnológica dos instrumentos que captam as imagens, tem alterado o modo como a mídia veicula as notícias. Consideremos, ainda, a internet, que tem o diferencial de possibilitar a publicação rápida, fácil e de forma anônima, ou seja, qualquer pessoa com acesso pode opinar sobre qualquer assunto de seu interesse sem se comprometer. Esse dado cria um cenário sem precedentes na história, já que a extensão do braço passa a ser o computador, o tablete ou o celular, o sujeito faz uso dessas ferramentas indiscriminadamente, muitas vezes inconsciente de que os dados publicados são públicos.

Acreditamos que a compreensão das implicações dessa nova forma de se “fazer notícia”, estabelecida dentro de um “paradigma da informação”, deve passar por um estudo de como se constrói o conhecimento dentro da sociedade contemporânea e permitir a compreensão de como as novas tecnologias ligadas à mídia se inserem em uma estrutura social que, nos parece, prioriza o entretenimento, mesmo em períodos de guerra. Para que essa análise seja coerente é preciso levar em consideração a importância da informação na produção desse conhecimento, assim como as estruturas que perpassam a aquisição de tal informação.

Assim, é necessário observar que a aquisição do conhecimento na contemporaneidade perpassa os recursos midiáticos, pois esses passam a fazer parte da vida dos lares de todo o mundo nesse período, por isso, não podemos ignorar sua importância. Nesse sentido, o trabalho que buscamos realizar baseia-se na premissa de que:

quando os críticos da mídia eletrônica argumentam que o novo ambiente simbólico não representa a realidade, eles implicitamente referem-se a uma absurda ideia primitiva de experiência vivida real 'não codificada' que nunca existiu. (CASTELLS, 1999, p.395)

Para Foucault (1996) é na contemporaneidade que a violência ganhou contornos virtuais, por isso é importante que reconheçamos os procedimentos de exclusão usados nos discursos, os quais se ligam à ideia de que nem todos podem se manifestar a respeito de determinados assuntos, que devem ser discutidos por especialistas. Essa ideia é alimentada pelos sistemas de educação, pois “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem.” (FOUCAULT, 2012, p.41). Dessa forma, a maneira pela qual a mídia trata os acontecimentos, por meio da notícia, pode ser entendida a partir de um sistema educacional, pelo qual se enfatiza as teorias tiradas do meio acadêmico, por meio da fala de especialistas, como meio de manifestar ideias ligadas a uma neutralidade e busca pela verdade das quais desconfiamos.

4 O IMPÉRIO, A MUDANÇA E O TERRORISMO: CONTEXTO DO ACONTECIMENTO DE “11 DE SETEMBRO”

“O fundamental é que esta realidade, proibitiva ou não do pensar e do atuar autêntico, é criação do homem.” (FREIRE, P., 1981, p. 08,)

“E o mundo mudou”! Foi com esse espírito, tão bem captado pela reportagem de capa da edição especial do dia 19 de setembro de 2001, da revista *Carta Capital*, que a notícia sobre o acontecimento de “11 de setembro” chegou ao público. A maior parte das pessoas que assistiu atônita às imagens que foram transmitidas inicialmente na tela dos televisores estava a quilômetros de distância do acontecimento noticiado como o “choque de civilizações”¹⁴, como cunhou a *Veja*. Grande parte da população ao redor do mundo, nessa época, se quer tinha ouvido falar da existência das “torres gêmeas” ou do Pentágono. Mas após o acontecimento e toda a tecnologia da informação utilizada para apresentar o mesmo, dificilmente haverá alguém que viveu naquele período que nunca tenha ouvido falar a respeito.

Uma das primeiras questões ligadas ao nosso referencial teórico foi o tratamento que deveríamos dar à palavra “terrorismo”, levando-nos a pensar a respeito das formas como se delineiam algumas ideias em relação à temática e ao modo como deveríamos aqui tratá-las. Foi pensando nisso que buscamos compreender melhor a ideia de “acontecimento” a partir do pensamento foucaultiano.

Castro (2009), em “Vocabulário de Foucault”, faz uma análise da obra do autor, identificando os principais conceitos trabalhados por ele. Nesse trabalho ele identifica, inicialmente, dois sentidos para o entendimento da ideia de acontecimento em Foucault. O primeiro deles coloca o acontecimento como uma novidade ou como uma diferença. Nesse primeiro sentido Foucault entende o acontecimento a partir de uma arqueologia do saber.

A arqueologia do saber refere-se à ideia de que o acontecimento discursivo deve ser compreendido a partir de uma *episteme*. Assim, a pesquisa feita a partir do discurso, que busca compreender a sua formação e o seu desenvolvimento histórico, faz parte do que Foucault chamou arqueologia do saber e que pode ser

¹⁴ Encontramos a expressão “choque de civilizações” também em Magnoli (2006), o qual entende que o conflito se deu pela tentativa dos Estados Unidos em empunhar a “democracia” estadunidense por todo o mundo, buscando “reformular de alto a baixo o mundo muçulmano” (p. 12). Nesse sentido, para esse autor o “11 de setembro” marca o início do século XXI.

brevemente definida como *“uma descrição dos acontecimentos discursivos”* (CASTRO, 2009, p. 24)

O segundo sentido, por sua vez, entende o acontecimento enquanto prática histórica, ou seja, a partir do estabelecimento de uma regularidade histórica. É preciso deixar claro, no entanto, que essa regularidade não estabelece um ponto abrupto na história em que a novidade seria automaticamente transformada em prática discursiva, iniciando-se um novo ciclo. Pelo contrário, Foucault leva em conta a existência de descontinuidades na regularidade histórica. Assim, podemos dizer que o segundo sentido da ideia de acontecimento proposta por Foucault faz parte de uma genealogia do poder:

A genealogia busca as relações de poder que tornaram possível uma realidade determinada, a arqueologia se ocupa da episteme, quer dizer, do a priori histórico do saber, das regras de formação do discurso (DÍAZ, 1996, p. 13)

Dessa forma, enquanto o primeiro sentido de acontecimento busca uma novidade histórica, o segundo busca uma regularidade histórica. Esses dois sentidos estabelecem relações, ao levarmos em consideração que toda novidade histórica leva a uma regularidade histórica.

Foucault deve encontrar um equilíbrio entre o acontecimento como novidade e o acontecimento como regularidade que não seja uma recaída nos velhos conceitos da “tradição” nem no novo conceito de “estrutura”. Ou seja, sem reintroduzir nenhuma instância de ordem transcendental. Trata-se, enfim, de pensar essa relação assumindo a descontinuidade dessas regularidades. O acaso de suas transformações, a materialidade de suas condições de existência. (CASTRO, 2009, p. 25)

Seguindo ainda com Castro (2009), identificamos mais dois sentidos para a ideia de acontecimento em Foucault: ao estabelecer uma passagem entre o acontecimento como novidade e como regularidade histórica, o pensamento foucaultiano entende que esse processo não se dá de forma linear, como já colocamos anteriormente. Assim, há uma materialidade do acontecimento, que passa a ser compreendido, também, a partir de uma relação de forças.

Por fim, o quarto sentido da ideia de acontecimento em Foucault, proposta por Castro (2009), destaca esse conceito como um “método de trabalho histórico”. Para

isso, o autor evidencia o uso dos neologismos “acontecimentalizar” e “acontecimentalização”.

Com esse neologismo [acontecimentalização], Foucault faz referência a uma forma de proceder na análise histórica que se caracteriza, em primeiro lugar, por uma ruptura: fazer surgir a singularidade ali onde se está tentando fazer referência a uma constante histórica, a um caráter antropológico ou a uma evidência que se impõe mais ou menos a todos. Mostrar, por exemplo, que não há que tomar como evidente que os loucos sejam reconhecidos como doentes mentais. Em segundo lugar, caracteriza-se também por encontrar as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de força, as estratégias que permitiram formar, em um momento dado, o que depois se apresentará como evidente. (Castro, 2009, p. 26)

Foucault (1979) alerta para o fato de que não se deve entender o acontecimento enquanto uma categoria inerte, pois assim, cairíamos no mesmo “erro” cometido pelo estruturalismo, o qual ele contesta:

Eu não vejo quem possa ser mais anti-estruturalista do que eu. Mas o importante é não fazer com relação ao acontecimento o que se fez com relação à estrutura. Não se trata de colocar tudo num certo plano, que seria o do acontecimento, mas de considerar que existe todo um escalonamento de tipos de acontecimentos diferentes que não têm o mesmo alcance, a mesma amplitude cronológica, nem a mesma capacidade de produzir efeitos. (FOUCAULT, 1979, p.6)

Ao discutir o conceito de acontecimento na obra de Foucault, Stengers (2002), leva-nos a pensar sobre o dispositivo galileano que comprova a existência do movimento uniformemente variado e nos mostra esse conceito dentro de uma perspectiva em que, antes de dar uma continuidade ingênua no processo histórico, o acontecimento busca reinventar seu próprio tempo, constituindo-se, assim, naquilo que provoca uma mudança e, em certa medida, em uma antecipação do que poderia vir a ser.

[...]o próprio Galileu mostra-se perfeitamente consciente do fato de que, com ele, alguma coisa de novo estava em vias de se concretizar. Sua obra pública consagra um acontecimento, não somente ‘um novo sistema do mundo’, mas também uma nova maneira de argumentar à qual ele confere o poder de fazer os adversários caírem no ridículo e de obrigar Roma a se curvar e a mudar a interpretação das Escrituras. (STENGERS, 2002, p.90)

Continuando sua análise, a autora define, ainda, que o acontecimento nas ciências modernas não provoca uma ruptura abrupta no processo histórico, mas insere-se dentro de uma trama, de um contexto. É nessa linha que ela defende a necessidade de se buscar um “espanto” dentro desse processo, uma vez que o acontecimento, nesse sentido, vai questionar aquilo que para o mundo é óbvio. Esse, portanto, é o primeiro sentido de acontecimento proposto por Foucault, em que ele é entendido como uma novidade histórica.

Esse “espanto” causado a partir do experimento de Galileu confere “um novo uso da razão, capaz de fazer o que não se acreditava ser possível” (STENGERS, 2002, p.100). Esse novo uso da razão confere o segundo sentido de acontecimento proposto por Foucault, ou seja, aquele em que o acontecimento é incorporado pela sociedade e passa a fazer parte de uma regularidade histórica.

O terceiro sentido insere-se, assim, no contexto em que há uma luta para tornar o novo, “verdadeiro”. Aí reside a relação de forças, que se estabelece a partir da materialização dos discursos. O método de trabalho de compreensão desse processo é o que Foucault chamou “acontecimentalização” e é o que aqui chamamos “quarto sentido”.

Dentro desse contexto, é preciso considerar ainda a questão da constituição daquilo que chamamos “verdade”. Partindo da ideia apresentada por Foucault (1996) a respeito do uso do discurso na sociedade contemporânea podemos apresentar três processos de exclusão: o primeiro deles refere-se à interdição, a qual limita aquilo que pode e o que não pode ser falado, o segundo, ligado à ideia de oposição entre razão e loucura, não permite que levemos a sério o discurso do que contradiz o que é dado como verdade, pois esse é considerado o discurso do “louco” e o terceiro, que ora justifica a ideia que queremos aqui trabalhar, refere-se à oposição criada entre verdadeiro e falso.

Nessa linha, Foucault justifica a ideia da busca pela verdade na sociedade contemporânea. Essa verdade, no entanto, só é aceita quando faz parte de um conjunto de conhecimentos produzidos coletivamente e comprovados cientificamente, fazendo uso do discurso da ciência. Acontece que Galileu, ao criar um dispositivo para provar sua teoria, cria também uma nova verdade que contesta as demais verdades antes criadas. Dessa forma, ocorre um questionamento da validade da verdade científica.

Em “Microfísica do poder”, Foucault (1979) defende que a verdade não existe longe do poder e que cada sociedade tem certos códigos capazes de distinguir o verdadeiro do falso. Distanciando-nos no tempo do exemplo de Galileu ora elucidado, Foucault nos conta que a partir da década de 1960 o intelectual, que antes exercia sozinho o poder sobre a verdade, deixa de estar circunscrito ao campo da escrita, apenas. Isso quer dizer que, cada um em seu lugar está apto a politizar-se e, assim, exercer a função de intelectual, não precisando mais ser um escritor.

Isso modifica o modo como o poder é exercido em relação à verdade, sendo que as características da verdade em nossa sociedade, então, passam a ser as seguintes: primeira - ela é centrada no discurso científico e nas instituições; segunda – ela tem incitação econômica ou política; terceira – é objeto de difusão e consumo; quarta – é produzida e transmitida por aparelhos econômicos e políticos; quinta – é objeto de debate político e confronto social (Foucault, 1979, p.11).

Compreender a ideia de terrorismo proposta por alguns instrumentos midiáticos, aqui representados pelas revistas *Veja* e *Carta Capital*, a partir do acontecimento de “11 de setembro” devem, a nosso ver, levar em conta essa nova configuração do entendimento da verdade na sociedade atual e, por isso, a “acontecimentalização” representa um método de trabalho para nós muito importante e atual, pois, ao admitir que o acontecimento de “11 de setembro” pode ter causado um “espanto” semelhante à do experimento galileano, entendemos também que esse acontecimento provocou um desvio nos rumos da história ocidental, principalmente para a opinião pública, que viu pelas imagens mostradas pelos veículos midiáticos um “ataque” aos Estados Unidos totalmente desconectado do contexto em que se insere o conflito “ocidente-Islã”.

Nessa perspectiva, acreditamos que a ideia de terrorismo enunciada pela mídia a partir do “11 de setembro” pode ser tratada como um ruptura histórica. No entanto, mais de uma década após o “início” do conflito apresentado pela mídia, esse acontecimento merece destaque enquanto uma regularidade histórica, uma vez que foi incorporado no imaginário social, através de uma relação de forças que tem na mídia o seu maior destaque.

Dando continuidade a essa discussão, na linha que nos explica Stengers (2006) e Latour (2000), é preciso buscar, dentro e fora da comunidade científica, aliados que possam dar status àquilo que se busca comprovar. Os aliados do mundo ocidental no acontecimento de “11 de setembro” e no conceito de terrorismo criado a

partir dele parecem ter sido buscados dentro de uma nova forma de comunicação de massa: a mídia.

Ultrapassando, mas não perdendo de vista, a discussão com relação à elucidação do “11 de setembro” como um acontecimento, acreditamos na importância de se considerar alguns termos que passaram a ser muito utilizados pela mídia a partir desses conflitos. Nesse sentido, apontaremos a diferença entre aquilo que chamamos “mundo muçulmano” e o que cunhamos “mundo árabe”. Embora muitas vezes confundidos entre si, esses dois termos não se referem à mesma coisa, mas podem sobrepor-se. O “mundo muçulmano” é aquele que cobre “desde o Senegal, no ocidente africano, até as Filipinas, nos limites do Oceano Pacífico, e desde o Cazaquistão, na Ásia Central, até a Tanzânia e a Indonésia, nos dois lados do oceano Índico” (MAGNOLI, 2006, p.63). Como se vê o mundo muçulmano recobre uma área muito bem delimitada, onde a maioria da população professa a sua fé em Alá, ou seja, tem religião islâmica. Já o “mundo árabe” é delimitado pelos países de língua árabe, ficando restrito a grande parte do Oriente Médio e da África do Norte, compondo-se, portanto, em apenas uma parte do mundo muçulmano.

Na metade do século XX, surgiu no “mundo árabe” o panarabismo, doutrina que procurava reunificar as nações árabes, separadas pelo imperialismo das potências europeias. Esse movimento surgiu no Egito com o líder Gamal Abdel Nasser no ano de 1952 e consistia em uma maneira de retomar a antiga soberania das nações árabes anteriormente ao imperialismo europeu. Devido a conflitos internos ao “mundo árabe”, o panarabismo começou a dissipar-se e, para reestabelecer sua antiga liderança e recuperar o movimento, Nasser declarou guerra a Israel, inimigo comum, símbolo da presença ocidental no mundo árabe, uma vez que é aliado dos Estados Unidos da América. A Guerra dos Seis Dias, a morte de Nasser e a aproximação de seu sucessor com os Estados Unidos acabaram de vez com o movimento.

Em substituição a ele surgiu a “Irmandade Muçulmana” que, antes de querer a liderança de determinada nação, propôs uma irmandade de fé no Islã, denominada “califado” e foi a partir dele que surgiu o “fundamentalismo islâmico” (Magnoli, 2006). Esse fundamentalismo foi interpretado pelos Estados Unidos como uma barreira à entrada da União Soviética no Afeganistão e, conseqüentemente, às reservas de petróleo na Árabia Saudita. No entanto, no momento em que os Estados Unidos

entraram na Guerra do Golfo, a Irmandade Muçulmana rompeu com o governo estadunidense, iniciando, segundo Magnoli (2006), o percurso que conduziria ao acontecimento histórico de “11 de setembro”.

Magnoli (2006) defende a ideia de um “culturalismo”, pelo qual a cultura ocidental entende o “mundo muçulmano” como uma entidade ligada somente à questão religiosa e desconectada de qualquer força econômica, política ou social. Para ele, essa é uma forma política de impor um conflito, uma vez que autoriza governos a uma tentativa de controle dos passos dados pelas nações que compõem esse mundo, já que os seus valores estão ligados a questões profundamente inculcadas no modo de vida das pessoas.

Nossa perspectiva nos encaminhou a entender o acontecimento de “11 de setembro” como uma guerra de cunho ideológico, indo na mesma direção da proposta de Magnoli (2006), pois o conflito se deu de forma a limitar o espaço ocupado pelo “mundo muçulmano” na esfera ocidental, desconectando-o de qualquer forma de compreensão ligada a outra esfera que não à religiosa. Nesse sentido, a maneira como o conjunto de conflitos ligados a ideia de “terrorismo” foi noticiado pela mídia, a partir do acontecimento de “11 de setembro”, apresentou mais que bombas e fumaça dignas de cenas de cinema, um bombardeio ideológico comandado pelos Estados Unidos, ritualizados pelo discurso midiático e ligados à uma conformação social que tem como base a Organização das Nações Unidas – ONU, a qual não foi capaz de impedir os conflitos pós 11 de setembro.

A ONU, em uma tentativa de exercer seu papel de “governo mundial” (Magnoli, 2006), ficou restrita à função que sempre fez parte de sua história: lutar ao lado das nações ocidentais, principalmente dos Estados Unidos, ainda que seu discurso seja o de ser uma entidade neutra diante dos conflitos. Na guerra contra o Iraque, o Conselho de Segurança desaprovou a invasão dos Estados Unidos. Mesmo assim, o ataque foi realizado sem maiores repercussões, o que colocou os Estados Unidos como “governo mundial”, quase substituindo-a.

Dessa forma, entendemos que a maneira como o acontecimento de “11 de setembro” foi tratado pela mídia pode construir um imaginário social sobre o terrorismo, assim como uma visão coletiva a respeito do “mundo muçulmano” e do “mundo árabe” carregada de preconceitos e fundamentações ideológicas que se pautam na visão restritiva do mundo ocidental, o qual, por sua vez, busca estabelecer o seu poder diante da penetração nas nações árabes, usando a força

militar lá e a ideológica aqui, com a ideia de conquistar a opinião pública. É esse processo que chamamos aqui “bombardeio ideológico”. Em outras palavras, enquanto acreditamos que o Islã provocou a destruição das torres gêmeas e do Pentágono¹⁵ em 11 de setembro de 2001 e transformou o mundo ocidental numa verdadeira praça de guerra, utilizando bombas, do lado de cá, o mundo ocidental usa outro tipo de bombardeio como forma de convencimento: um verdadeiro bombardeio ideológico, que faz uso da sedução das tecnologias da informação como forma de extrapolação da consciência individual e de homogeneização de discurso que se materializam em ações preconceituosas e racistas.

¹⁵ As controvérsias com relação a essa afirmação são muitas, pois algumas pessoas afirmam que o ataque às torres gêmeas e ao Pentágono foi forjado pelo governo estadunidense, como forma de impor-se politicamente às lideranças do mundo muçulmano. O documentário *Zeitgeist, o filme*, que aborda, entre outros temas, o do acontecimento de “11 de setembro”, revela algumas indagações a respeito da veracidade das “provas” contra a Al Qaeda. Assim, a discussão apresentada por essa produção cinematográfica vai ao encontro de nossa leitura a respeito do tema, em alguns momentos, complementando-a.

5 CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO CONCEITO DE TERRORISMO

“A neutralidade frente ao mundo, frente ao histórico, frente aos valores, reflete apenas o medo que se tem de revelar o compromisso.”
(FREIRE, P., 1981, p.09)

A partir desse ponto, buscaremos sistematizar nossos estudos com relação ao entendimento do conceito de “terrorismo”. Fato que deve ser levado em conta é que anteriormente ao acontecimento de “11 de setembro”, a mídia pouco se pronunciava a respeito do assunto. Sendo assim, o “terrorismo” da maneira como a mídia o coloca parece ter um início muito bem delimitado que é o ataque às torres gêmeas, ao Pentágono e, supostamente à Casa Branca. Seus desdobramentos foram sendo noticiados de modo a encaminhar o fim do conflito que ocorreu recentemente (em 02 de maio de 2011) com a morte do maior vilão desse cenário criado, Osama Bin Laden. Dessa forma, a partir desse acontecimento, a profusão de pessoas que se debruçaram em investigar o conflito aumentou, o que não significa, no entanto, que o termo em questão recebeu o mesmo tratamento, como veremos abaixo.

5.1 As tentativas de elaboração de um conceito de terrorismo após o “11 de setembro”

A respeito da sistematização de um conceito de terrorismo, Magnoli (2006) dá algumas pistas em relação às suas possíveis definições, lembrando o que ele chama de definição clássica de terrorismo, que seria “uma ação política que combate o poder estabelecido por meio de atos de violência dirigidos contra civis ou militares não combatentes.” (MAGNOLI, 2006, p.76). O autor enfatiza que, no entanto, essa definição foi deixada de lado pelos governos ocidentais após a “guerra ao terror”, uma vez que sua linguagem não fazia parte dos interesses dos governos ocidentais.

A partir daí, outros movimentos em torno da tentativa de estabelecimento de uma definição para o terrorismo foram feitos. Como exemplo, temos um relatório da ONU apud Magnoli (2008), escrito no ano de 2005, que apresenta o terrorismo como qualquer ação:

designada para causar morte ou sérios ferimentos a civis e não-combatentes com o propósito de intimidar uma população ou compelir um governo ou uma organização internacional a fazer ou deixar de fazer algo. (MAGNOLI, 2008, p.17)

O autor alerta para o discurso utilizado pela ONU, que não é o mesmo daquele adotado pelos Estados Unidos, principal “vítima” dos ataques de “11 de setembro”. O governo estadunidense entende como “atos de terror” os ataques a seus militares, referindo-se tanto àqueles que estão diretamente ligados às atividades militares, como àqueles que dão suporte a essas atividades. Na realidade, o governo estadunidense percebeu que qualquer definição bem articulada de terrorismo, iria depor contra seu próprio governo.

Foi a partir desse encaminhamento que o país acabou se apropriando de um discurso para convencer a opinião pública de que era vítima e para essa empreitada, a mídia se tornou sua grande aliada, noticiando o acontecimento de forma a enfatizar a necessidade dos Estados Unidos em revidar os ataques, pelo bem da nação estadunidense. Posteriormente isso abriu caminho para outras nações buscarem a mesma solução para seus conflitos internacionais. Não obstante, a busca pela definição de terrorismo continua, existindo dezenas de convenções internacionais sobre o assunto.

Com o propósito de ampliar a leitura sobre o assunto, iniciamos uma busca no site da ONU sobre possíveis definições a respeito do terrorismo, e encontramos respaldo na proposição apresentada acima. As discussões se intensificaram a partir de setembro de 2001 não havendo, ainda, uma definição aceita por todos os países que participaram das reuniões.

Na contramão dessa constatação aparecem os textos didáticos, que na maioria das vezes, apresentam definições bem delimitadas de terrorismo. Um exemplo é o livro *Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização*, que no capítulo intitulado “Conflitos armados no mundo” (como já apresentamos acima) expõe a definição de terrorismo, enquanto “prática política de quem recorre sistematicamente à violência contra as pessoas ou as coisas provocando o terror” (a fonte apresentada é do *Dicionário de Política*, cujo autor não é mencionado).

O uso da palavra violência ao se referir ao terrorismo nesse tipo de publicação é comum e as imagens são as mesmas das revistas: fumaça, fogo, torres gêmeas, armas. Raras são as vezes em que se faz menção ao Pentágono ou à Casa Branca que, embora não tenha sido atingida na ocasião, também foi alvo de um quarto avião. Parece que o apelo econômico representado pelas Torres Gêmeas

é mais forte que o militar, do Pentágono, e mais ainda que o político, da Casa Branca.

Há no livro mencionado uma contextualização histórica bastante breve sobre o conflito, que faz menção ao Afeganistão de forma mais enfática do que os demais países envolvidos, inclusive com um gráfico mostrando os grupos étnicos presentes em território afegão e um mapa da “Guerra no Afeganistão”. A imagem da torre pegando fogo provém da agência *AFP Foundation*, a mesma que aparece em algumas imagens na publicação do dia 19 de setembro de 2001 da *Carta Capital* e também da *Veja*, que noticiaram o “11 de setembro”.

Ao digitar a palavra “terrorismo” no site de busca *google*, as imagens se repetem: novamente fogo, armas, sangue, torres gêmeas, homens vestidos de preto com os rostos cobertos e empunhando armas são as mais corriqueiras.

Grande parte dessas imagens são provenientes de sites ligados à educação como *educação.uol*, *brasilescola*, *portalobjetivo*, entre outros. Alguns deles trazem especialistas para falar sobre o assunto, como o site do sistema de ensino *Objetivo*, por exemplo, que faz menção a uma fala de Noam Chomsky. Apesar disso, a estrutura se repete: as imagens são de fogo, a definição é dada como verdade incontestável e o “11 de setembro” é o principal, quando não o único, acontecimento exemplificador do terrorismo.

A construção de um imaginário social sobre o terrorismo, então, ocorre apartada de uma sistematização do conceito de terrorismo por parte das agências internacionais, uma vez que, enquanto os Estados estão longe de conseguirem delimitar essa forma de guerra, violência, conflito, a mídia e os livros didáticos (que se apoiam na mídia) já têm uma definição clara a respeito do tema.

Nessa perspectiva, entendemos que o “11 de setembro” pode ser tratado como uma guerra de cunho muito mais ideológico, do que militar. Devido à importância que ganhou a mídia nas últimas décadas, motivada pela sua grande difusão entre todos os grupos sociais, esse acontecimento tem nas imagens o seu principal motivador. Isso foi possível devido à presença maciça da mídia na cobertura tanto dos ataques ao World Trade Center - WTC- e ao Pentágono, quanto nos conflitos posteriores ligados a eles: guerra contra o Afeganistão e contra o Iraque.

No campo acadêmico, especificamente da ciência geográfica brasileira, no entanto, as discussões relacionadas ao terrorismo foram e ainda são muito

incipientes, sendo que os acadêmicos fazem mais o papel de especialistas contratados pelas editoras para assinar as matérias de revistas e jornais, que de profissionais que buscam desvendar as ideias. Pensando a respeito desse assunto, colocamos a seguinte reflexão: qual o lugar da academia (e do geógrafo) para a construção de definições que auxiliem na resolução de conflitos? Quais as suas responsabilidades éticas em relação à conexão do nome das instituições das quais fazem parte aos meios de comunicação, principalmente os privados? As reflexões em torno dessas ideias ficam abrem-se aqui para futuros estudos, uma vez que nossa leitura, embora perpassasse o tema, não o tem como foco.

5.2 O conceito de terrorismo noticiado pela mídia

Parte das nossas preocupações concentra-se em compreender o modo como o terrorismo noticiado pelas revistas *Veja* e *Carta Capital* configura o “11 de setembro” como um acontecimento e de que forma essa configuração pode construir um imaginário social sobre o terrorismo, ou seja, formas coletivas de se compreender o terrorismo. Assim, acreditamos ser importante contextualizar o “11 de setembro” e seus desdobramentos como um acontecimento forjado pela mídia e pelo uso das tecnologias da informação.

Para Magnoli (2008) o terrorismo surge com o próprio desenvolvimento das comunicações e da configuração de uma opinião pública, que se iniciou no século XIX. Nesse sentido, ao propagar imagens que mostram cenas ligadas a incêndios e a bombardeios, a mídia alimenta a ideia de terrorismo, uma vez que essas imagens podem induzir a uma leitura do acontecimento de forma isolada, como principal causador de inúmeras mortes e de milhares de feridos entre os “civis e não-combatentes”.

Pensando a respeito do contexto histórico que repercutiu na conflagração de um conflito ocidente X Islã, percebemos que a maneira como os conflitos se configuravam e se espalhavam na consolidação do “Panarabismo” ou da “Irmandade Muçulmana” foi diferente da que assistimos em 2001. Por isso, partimos para uma investigação a respeito do tema e encontramos em Magnoli (2006) alguns apontamentos que se encaixam em nossa perspectiva:

Os terroristas de 11 de Março de 2004 em Madri viveram na Europa em meio a comunidades muçulmanas estigmatizadas social e culturalmente. Os terroristas do 7 de Julho de 2005 em

Londres também foram recrutados na “diáspora europeia”. Depois da etapa afegã, o “exército de fieis” dispersou-se pelo mundo e passou a se articular exclusivamente em torno da mensagem ideológica da *jihad*¹⁶. As atuais organizações jihadistas configuram redes horizontais amorfas, recrutam militantes por meio da Internet, utilizam as tecnologias da informação e participam, clandestinamente, da ciranda financeira globalizada. (MAGNOLI, 2006, p. 69)

Nessa perspectiva, a mídia influenciou não só as formas de compreensão do “mundo muçulmano” pelos ocidentais, como já evidenciamos anteriormente, mas também a configuração dos atores que participaram desses conflitos e das formas como esse acontecimento se espalhou por regiões do globo que ficam fora dos limites tanto do “mundo muçulmano”, como do “mundo árabe”. Em outras palavras, a *jihad* passa a ser global, uma vez que é balizada por pessoas do mundo inteiro, muitas vezes por aqueles que se quer entraram em contato direto com o *locus* do conflito.

Isso foi possível por meio do uso das tecnologias da informação por parte daqueles que pretendiam fazer circular a imagem do “mundo muçulmano” no ocidente. Se por um lado, parte da mídia influencia formas coletivas de compreensão da realidade que aqui chamamos “imaginário social”, por outro algumas ferramentas, também midiáticas, ligadas a uma nova forma de mídia, a internet, fez circular outras formas de compreensão do mundo islâmico, desligadas de qualquer tipo de censura ou de controle por parte dos grupos que poderiam fazê-lo.

Em contrapartida, os veículos midiáticos organizados pelos grupos empresariais e pelo Estado, capitanearam as ferramentas necessárias para barrar a entrada das ideias ora elucidadas de apoio ao “mundo muçulmano”. Uma das formas utilizada pela mídia foi as “chamadas” vitimando o povo estadunidense. Longe de acreditar que muitas pessoas não sofreram as consequências de um ataque fatal, acreditamos que a forma como a mídia utilizou as imagens colocam o acontecimento dentro de uma estrutura maniqueísta.

Na edição especial sobre o acontecimento de “11 de setembro”, do dia 19 de setembro de 2001, a *Veja* utilizou muitas fotos de pessoas em meio aos destroços, chorando, clamando por justiça. Os bombeiros, feito heróis, aparecem em várias imagens carregando corpos e “salvando vidas”. Enquanto outras páginas carregam

¹⁶ A palavra *Jihad*, em árabe, significa “esforço” e refere-se à “Guerra Santa” ovacionada pelos islâmicos para a expansão dessa fé, com a eliminação dos “infiéis”.

imagens de palestinos com armas em punho, supostamente comemorando os ataques. As cenas se sobrepõem, página a página, carregando consigo uma porção de ideias que, longe da neutralidade pretendida por Roberto Civita¹⁷, parecem desejar levar o leitor a entender o acontecimento a partir de um ponto de vista de filme de cowboy, com bandidos e mocinhos, levando a representação do conflito a um contexto que pode extrapolar, de alguma forma e em alguns momentos, os aspectos históricos, políticos e sociais em que se inserem.

A *Carta Capital*, de modo mais contido, também usa esse artifício. Anteriormente à fala dos especialistas convidados pela revista para falar sobre o assunto, o leitor encontra nas páginas cenas fortes, como a de mulheres palestinas comemorando a derrota dos Estados Unidos. Essas formas de representação do conflito parecem ligar-se à ideia de que ele nasceu exatamente no dia 11 de setembro de 2001 e de que toda a população islâmica concordou com o que via nas cenas dos telejornais ou nas páginas das revistas. Como se o ataque tivesse ocorrido de nação contra nação, ao mesmo tempo em que as notícias apontavam a autoria do ataque a uma organização independente, a *Al Qaeda*.

Ao lado dos inúmeros estadunidenses que agonizavam diante do fogo, da fumaça e do medo que os fazia jogar-se pelas janelas do edifício do World Trade Center, imagem mostrada pela *Veja*, via-se uma nação inteira comemorando a vitória de seu líder. O terrorismo passou a ter nome e sobrenome menos de uma semana após os atentados: Osama Bin Laden. O fim do conflito, portanto, estava condicionado à sua superação, o que só poderia acontecer com a morte.

¹⁷ Segundo a edição do dia 05 de junho de 2013 da revista *Veja*, que fez uma homenagem a Roberto Civita em razão de seu falecimento, o empresário buscava incansavelmente de seus editores a verdade para colocar nas páginas da revista. “Esse era o seu compromisso – esse é seu maior legado. Escreva a verdade, narre o fato, pois os fatos são teimosos” (p. 92)

6 O “TERRORISMO” NAS REVISTAS *VEJA* E *CARTA CAPITAL*

“A primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir.” (FREIRE, P., 1981, p.07)

A escolha pelo modo como empreenderíamos a busca por uma compreensão dos modos de penetração do discurso por meio da mídia foi uma tarefa árdua. A escolha pela imprensa escrita, longe de ser a única metodologia possível para dar corpo à nossa discussão, é apenas uma das formas que encontramos para dar vida a este estudo. Apoiados em Djik (2010), para quem:

Não há dúvida de que entre todas as formas de texto impresso, as dos meios de comunicação de massa são os mais penetrantes, se não as mais influentes, a se julgar pelo critério de poder baseado no número de receptores. Além dos discursos falado e visual da televisão, os textos de jornal desempenham um papel vital na comunicação pública. Ao contrário da crença popular e do senso comum entre os estudiosos, as notícias na imprensa são geralmente mais bem lembradas do que as notícias na televisão e são percebidas como qualitativamente superiores, o que pode ampliar sua influência persuasiva e, portanto, seu poder. (DJIK, 2010, p.73)

A importância da imprensa escrita na sociedade contemporânea, principalmente com relação à sua penetrabilidade, é inegável segundo essa visão. Quando o exemplar de uma revista é vendido, ele poderá ser lido por um grande número de pessoas, com interesses e motivações diferentes. Por isso, optamos por utilizar em nosso estudo, as revistas *Veja* e *Carta Capital*, como já mencionamos anteriormente, uma vez que ambas têm grande penetrabilidade no cenário nacional, o que pode ser notado pela facilidade de acesso aos exemplares, seja pela presença das mesmas em redes sociais (internet), seja pela sua difusão em locais de fácil leitura, como bibliotecas públicas e de escolas e consultórios, locais por onde passam muitas pessoas todos os dias.

6.1 Edições que noticiaram o acontecimento de “11 de setembro”

Ambas as revistas tiveram edições para relatar o acontecimento de “11 de setembro”, no dia 19 de setembro de 2001. Além da edição especial, a *Veja* teve

mais 7 capas que falam a respeito do terrorismo, nos dias 26 de setembro, 3, 10, 17, 24 e 31 de outubro e 26 de dezembro. Esta última, intitulada “A reinvenção do mundo”, define o acontecimento de “11 de setembro” como o marco inaugural do século XXI. Paradoxalmente, as capas deixaram de mostrar o acontecimento a partir do ano seguinte, aparecendo em uma ou outra reportagem, a partir daí.

No caso da *Carta Capital*, além da edição do dia 19 de setembro (também chamada de “especial”), temos a edição do dia 26 de setembro, cuja capa faz alusão à revista *Mad*¹⁸, com uma caricatura de George W. Bush estilizado com o personagem que ficou conhecido na década de 1970 no Brasil, e cujo título questiona: “É com este que o mundo vai?”. Um convite à uma leitura mais crítica sobre o assunto.

Escolhemos iniciar nossa leitura a respeito da construção de um imaginário social sobre o terrorismo por meio da observação das capas das edições especiais: a da *Veja* traz uma das imagens mais divulgadas pela mídia- a segunda torre em chamas, com o título na parte inferior, no meio da página: “O império vulnerável”. Outra característica da capa da *Veja* é a chamada das principais matérias que apareceram no interior dela, carregando frases de impacto, como: “Os americanos prometem acabar com os países que abrigam terroristas”; “A perícia dos pilotos suicidas”; “Ocidente X Oriente: o choque de civilizações”; “A cultura do apocalipse entre os americanos”; “As raízes do terrorismo islâmico” e “O medo da recessão mundial”.

A cor preta utilizada como plano de fundo, com os escritos em branco, parece dar mais vida ao azul do céu de Nova Iorque, que contrasta com o acinzentado dos arranha-céus e, mais ainda, com o vermelho alaranjado do fogo expelido do prédio, devido à explosão. A cidade parece morta. Vitimizadas pelo ataque, não se vê pessoas nessa imagem, a despeito do incrível número de civis que aparecem se jogando do prédio logo após a explosão, no recheio da matéria. O foco aqui é o fogo, o qual, pouco a pouco, foi se fazendo (ou foi feito) símbolo do terrorismo.

¹⁸ Segundo o site madmania.com.br, a *Mad* é uma revista de humor, criada no ano de 1952, nos Estados Unidos. Seu sucesso foi tão grande que começou a se espalhar para diversos países do mundo, chegando ao Brasil no ano de 1974, tendo passado por períodos em que ficou sem publicações, mas retornando posteriormente. Embora classificada como revista de humor, a publicação é carregada de críticas políticas, sociais e econômicas. A edição de novembro de 2001 da revista faz alusão ao terrorismo, com capa mostrando personagens de histórias para crianças que fazem menção ao mundo islâmico: odaliska, gênio da lâmpada e um encantador de serpentes. O título também se posiciona: “Está um terror este *Mad*”.

A edição especial da *Carta Capital*, por sua vez, apresenta uma capa mais enxuta do ponto de vista dos textos escritos, resumindo-se a uma chamada, na parte superior, ao centro, com nomes de intelectuais reconhecidos e que fizeram uma análise do acontecimento, além do título da edição: “Ataque ao império: o mundo mudou”. A chamada: “Noam Chomsky, William Greider, José Luís Fiori, Norman Solomon, Michael Clarke, Wálter Faganello Maierovitch, Antonio Luiz Monteiro Coelho da Costa... pensam o futuro depois do 11 de Setembro”, escrita em vermelho, aparece sobre a imagem da explosão das torres a partir de uma perspectiva oblíqua, mostrando também outros edifícios no centro de Nova Iorque, diferentemente do que mostra a imagem utilizada pela revista *Veja*, tirada também na perspectiva oblíqua, porém com menor escala (mostrando menor área e maior número de detalhamento) e no momento exato em que ocorreu o “ataque”. A imagem da capa da *Veja* mostra fogo, a da *Carta Capital*, fumaça e vários outros edifícios.

A imagem utilizada pela *Carta Capital* dá ênfase ao apelo urbano da cidade, apresentando o espalhamento da fumaça por todo o entorno do World Trade Center. Dessa forma, é difícil perceber na imagem o centro econômico (as torres gêmeas) destruído, deixando claro a sua “não-existência” e a ideia de que, em seu lugar, ficou a destruição de grande parte da cidade. A fumaça, nesse caso, mistura-se com o azul acinzentado do céu, até que ambos se desconectam, ficando, abaixo a cidade e a fumaça branca e acima, apenas o céu azul.

Imagens 4 e 5: Capas das edições especiais que noticiaram o “11 de setembro”



Fonte: Carta Capital, 2001



Fonte: Veja, 2001

Uma reflexão preliminar das capas permite uma aproximação evidente: o fato de ambas as edições considerarem os Estados Unidos um “império”. A alcunha seria mera coincidência? Ou esse discurso liga-se à construção de um imaginário social? Sem dúvida, essas são perguntas para as quais se buscam respostas ao longo deste trabalho. A reflexão procurará esclarecer não aparentes verdades ou mentiras, mas tentará criar um questionamento a respeito do assunto, já que existem muitas interpretações para os textos e é preciso, também, ler as entrelinhas.

Resgatando Sodré (2011), pode-se encontrar uma reflexão que impulsiona a melhor investigação sobre o tema:

A reflexividade institucional é agora o reflexo tornado real pelas tecnointerações, o que implica um grau elevado de indiferenciação entre o homem e sua imagem – o indivíduo é solicitado a viver, muito pouco autorreflexivamente, no interior das tecnointerações, cujo horizonte comunicacional é a interatividade absoluta ou a conectividade permanente (SODRÉ, 2011, p.24).

A proposta de Sodré (2011) remete a um indivíduo com dificuldades para refletir sobre a realidade diante da dinâmica comunicacional, que utiliza um número limitado de informações e um discurso homogeneizado. Esse encaminhamento permite compreender que a mídia pode ser um dos instrumentos capazes de moldar alguns comportamentos e, assim, construir o imaginário social sobre o terrorismo e muitos outros temas que circulam no meio social.

As “tecnointerações” participam de um fenômeno em que o sentido da informação se transforma. Para fazer parte da rede de relações que perpassam a sociedade contemporânea, a informação passa a ser tratada como produto, forjando-se, desse modo, uma série de ideias a respeito do que está sendo noticiado, culminando na construção de um imaginário social sobre o tema. A palavra pode, então, ser apreendida como um simulacro capaz de gerir a vida social, uma vez que é utilizada como um produto. Nesse caso, a palavra “império” é um produto a serviço da consolidação da ideia de que os Estados Unidos da América foi vítima da fúria terrorista islâmica e que, portanto, merece uma revanche.

Seguindo ainda esse raciocínio, Sodré (2011) afirma que, a partir do final do século XIX, com o processo de globalização, exacerbou-se a dimensão imperial dos Estados Unidos perante o mundo. Sobre esse ponto é possível acrescentar que

essa dimensão imperial é (re) alimentada pela escolha das palavras utilizadas pela mídia ao relatar o acontecimento de “11 de setembro”.

As capas das duas revistas permitem outra aproximação: as imagens de ambas referendam a idéia de incêndio, de bombardeio. Então o imaginário social sobre o terrorismo, a partir do acontecimento de “11 de setembro”, tem ligação com a utilização de bombas para causar terror na população. Essas bombas podem vir tanto do espaço aéreo, como mostram as capas, como dos homens-bombas, frequentemente noticiados pela mídia.

Longe de estar desconectada de nosso tempo, a leitura das matérias que noticiaram o “11 de setembro” e construíram um imaginário social sobre o terrorismo, encontra frutos em diversos momentos da história após os ataques. É o caso do que se cunhou “Bombas de Boston”, pela imprensa nacional. No dia 15 de abril de 2013, duas bombas foram detonadas durante a Maratona de Boston, deixando vários feridos e três pessoas mortas. Ao noticiar o acontecimento, o mesmo foi tratado como terrorismo. Segundo publicação do dia 17 de abril de 2013 do jornal *Estado de São Paulo* “O presidente Barack Obama classificou o ataque como um ato de terrorismo” (ESTADO DE SÃO PAULO, 2013) e ainda: “Bombas de panela de pressão têm sido usadas em ataques terroristas internacionais e são recomendadas por operadores solitários da Al-Qaeda no Iêmen”.

Como se pode perceber, imediatamente após o ocorrido (no caso de nosso exemplo, apenas dois dias depois), já se ligava o acontecimento a terrorismo, uma vez que utilizou bombas, e a um espaço específico, o Oriente, mais especificamente ao Iêmen, provavelmente pelo fato de o Afeganistão não representar mais perigo, uma vez que fora destruído pelas tropas estadunidenses 12 anos antes, no contexto do “11 de setembro”. Em contrapartida, a Al Qaeda, ainda viva, é mais uma vez acusada pelo ataque.

Assim, a apresentação das imagens e dos textos nas duas capas, embora de perspectivas diferentes, é semelhante, já que se liga à construção de um imaginário social sobre o terrorismo, que evidencia a presença de instrumentos de guerra (bombas) e de um espaço determinado, o Oriente (no caso da *Veja*), para consolidar ideias coletivas a respeito do assunto.

6.2 A arquitetura dos textos que noticiaram o acontecimento de “11 de setembro”: as palavras e as imagens fomentando a construção de um imaginário social sobre o terrorismo.

O acontecimento de “11 de setembro” foi intensamente noticiado pela mídia, tanto escrita como falada. Por este motivo, acreditamos que o impacto dos textos (visuais ou não) selecionados pelos veículos de comunicação foi importante para a construção de um imaginário social sobre o terrorismo. Por isso, propomos uma reflexão a respeito das reportagens de capa das revistas *Veja* e *Carta Capital*, que noticiaram o acontecimento de “11 de setembro”. A reflexão basear-se-á em nossas percepções a respeito do assunto, estando relacionadas com a fundamentação teórica já apresentada.

A ideia de poder proposta por Dijk (2010) está ligada à configuração de uma sociedade pautada no exercício do poder de maneira mais evidente por parte de alguns grupos, os quais, muitas vezes, se apropriam do discurso como forma de convencer os demais grupos a respeito de algumas ideias. O discurso não pode ser proferido livremente e depende do que é estabelecido por algumas esferas, das quais o autor destaca a mídia.

Essa ideia vai ao encontro da proposta de Foucault (2012), ao apontar o procedimento de exclusão do poder, a interdição, pela qual há um controle de quem, do que e para quem se tem o direito de falar determinadas coisas. Esses parâmetros são estabelecidos por algumas instituições, entre elas, a mídia.

Para que o discurso seja efetivo e esteja dentro dos padrões propostos é necessário que ele utilize determinadas imagens que satisfaçam às necessidades das “elites simbólicas”. A partir dessa ideia, procuramos estabelecer alguns contatos entre as imagens e os textos escritos que apareciam nas reportagens que nos propomos refletir. Muitas vezes, as imagens se repetiam ou eram muito semelhantes, o que pode ser explicado, em um primeiro momento, pelo fato de as imagens serem feitas por agências especializadas e não pela editora das revistas. Assim, cabe aos editores selecionar as imagens dentro de um conjunto de fotografias pré-selecionadas. Já nos textos escritos, percebemos maior distanciamento no modo como o acontecimento foi noticiado, embora existam também muitas aproximações.

Nesse sentido, as reportagens são encaminhadas com muitos detalhes, os quais, muitas vezes, conduzem a um processo de confusão a respeito do assunto,

uma vez que mistura temas inicialmente diversos como se fizessem parte de um mesmo contexto. A reportagem da *Carta Capital* é um exemplo disso. Partindo da afirmação de que o governo *Bush* estava tramando secretamente um ataque ao terror anteriormente ao acontecimento de “11 de setembro”, a revista envereda-se por detalhes (supostamente secretos) a respeito de como os países orientais fazem parte de uma trama de crimes que se interligam e culminam no terrorismo. A conclusão da reportagem, nesse ponto é clara: “Trocando em miúdos, misturou-se terrorismo, crime organizado e política” (CARTA CAPITAL, 2001, p. 18).

Outra questão bastante presente nas reportagens das revistas é a presença de dados secretos sendo denunciados ao público sem nenhum tipo de menção à fonte. Isso fica muito claro nas reportagens que noticiaram o acontecimento de “11 de setembro”. O próprio plano de ataque dos Estados Unidos contra os países terroristas, anteriormente ao acontecimento de “11 de setembro”, restrito a conversas entre o presidente Bush e seu consultor de assuntos de terrorismo e eversão, segundo a *Carta Capital*, uma semana após os ataques circulava por toda a mídia: o segredo havia sido desvendado de maneira muito rápida e com grande riqueza de detalhes. Defrontando com esses detalhes, nosso questionamento é o seguinte: como um assunto tão secreto chega até uma revista brasileira tão rapidamente? Qual é o caminho feito pela informação (secreta) até chegar à redação das revistas ou da televisão ou do jornal?

O plano de Bush, na verdade de seu consultor para assuntos de terrorismo e eversão, Edward Luttwak, seria realizado em prazo relâmpago. A ideia era, por um lado, aparentar descaso, diminuindo a importância do terrorismo no mundo. Enquanto isso, uma ação militar espetacular desencadearia a caça a Laden e Rahman no Afeganistão. Especialistas israelenses, no início de julho, foram informados da ação.” (CARTA CAPITAL, 2001, p.16)

A respeito desse assunto, podemos nos remeter ao que nos coloca Latour (2000), ao iniciar sua proposta metodológica. A partir da ideia de que a ciência deve ser apreendida do “lado de fora” dela mesmo, levando em conta os sujeitos e os contextos que a produziram, o autor levanta a ideia de uma “caixa preta”, que seria uma forma de representar os saberes acadêmicos cristalizados pelo tempo. Aqueles saberes que já se transformaram em conceito e que passam a ser inquestionáveis, tanto que Latour (2000) os chama de “dogmas”. A dogmatização da ciência é tão

óbvia para ele que o autor propõe uma nova “regra” metodológica, observando e entendendo a ciência pelo lado de fora dela, para não correr o risco de deixar passar despercebido, alguns fatos importantes que possam estar dentro das “caixas pretas”.

Feita essa ressalva, o autor continua, afirmando que alguns profissionais, fora do meio acadêmico, já fazem esse trabalho, buscando métodos investigativos, portanto, mais eficientes, que levam em conta o que está dentro das caixas pretas. Um desses profissionais é o jornalista. Esse profissional, embora muitas vezes não sinta a necessidade de estar preso a citações ou mesmo a teorias científicas, criou um método de análise próprio e investigativo para mostrar ao público o que já parece indiscutível.

Afora as pessoas que fazem ciência, que a estudam, que a defendem ou que se submetem a ela, felizmente existem algumas outras, com formação científica ou não, que abrem as caixas-pretas para que os leigos possam dar uma olhadela. Apresentam-se com vários nomes diferentes (historiadores da ciência e da tecnologia, economistas, sociólogos, professores de ciências, analistas de política científica, jornalistas, filósofos, cientistas e cidadãos interessados, antropólogos cognitivos ou psicólogos cognitivos), tendo na maioria das vezes em comum o interesse por algo que é genericamente rotulado “ciência, tecnologia e sociedade”. (LATOUR, p.34, 2000)

Assim, entendemos a figura do jornalista na mesma linha de Latour (2000), como um profissional que tem a possibilidade de não seguir as regras metodológicas impostas pela ciência, embora, como vimos acima, esteja muitas vezes atrelado aos cientistas, como meio de reforçar o “imaginário social” a respeito da busca pela verdade. Em outras palavras, embora o método investigativo do jornalista possa, em alguns momentos, ser mais eficiente que o do cientista, o imaginário social a respeito da verdade científica ainda é muito forte e, por este motivo, a mídia busca arquitetar sua verdade com o apoio no discurso acadêmico, trazendo figuras do meio científico para “falar”, muitas vezes no lugar do jornalista, como se o reforço científico tornasse a fala deste mais verdadeira.

Voltando às reportagens das revistas, o tom de denúncia continua, com a afirmação de que o terrorismo estrutura-se por meio de uma cadeia de relações com a mesma lógica empresarial. As descobertas feitas pela revista chegam a um nível tão grande de detalhes, que a mesma apresenta um esquema dessa estrutura:



Fonte: Carta Capital, 2001, p.16

Como se pode perceber por meio da ilustração, o esquema é muito bem organizado, confundindo-se com uma estrutura empresarial (e até certo ponto sendo mesmo um esquema empresarial). Toda essa estrutura foi descoberta pela *Carta Capital* (e por mais outras mídias que também divulgaram o assunto) uma semana após os ataques, a despeito de toda a investigação feita pelos Estados Unidos anteriormente ao acontecimento.

Como já discutimos acima, menos de uma semana após o ataque “suicida” e “surpresa”, a mídia já tinha conhecimento de grande parte da forma como se deu a ação, a despeito do fato de Osama Bin Laden, principal suspeito, ter sido encontrado e morto pelas tropas estadunidenses quase dez anos depois, em “11 de março de 2011”.

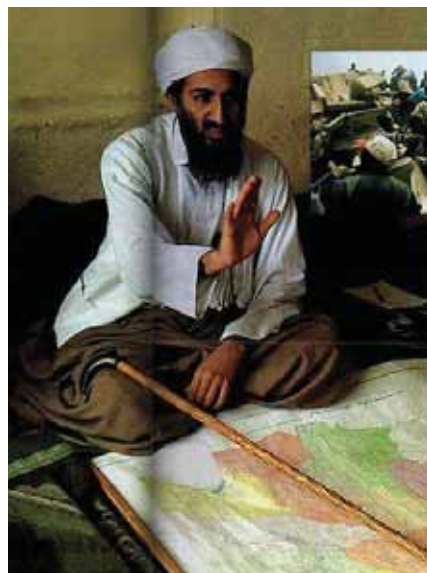
Nesse sentido, uma imagem bastante divulgada pelas edições que noticiaram o “11 de setembro” foi a daquele que passou a ser visto como o maior líder do terrorismo, entendido como símbolo de libertação para o povo islâmico (oriental) e anti-herói para o povo ocidental: Osama Bin Laden. No caso das revistas que nos propomos discutir, não foi diferente, vestindo traje típico em ambas, ele aparece

sempre empunhando algum objeto: uma arma de fogo, no caso da *Carta Capital* e seu cajado, no caso da *Veja*.

Imagens 7 e 8: Osama BinLaden – o líder dos “terroristas”



Fonte: Carta Capital, 2001, p.16



Fonte: Veja, 2001, p.68.

Como se pode observar, há aproximações evidentes entre as imagens apresentadas pelas duas revistas: o traje típico, como representação do mundo islâmico; a presença de outras pessoas: no caso da *Veja*, Bin Laden parece falar a pessoas que estão a sua frente, provavelmente criando estratégias de ataque, uma vez que faz uso de um mapa, no caso da *Carta Capital*, a imagem é um recorte, pois ao seu lado outras pessoas que também estavam na foto, foram cortadas. Essas perspectivas criam a imagem de que Bin Laden é um líder que, embora nunca esteja sozinho, é quem impulsiona os demais membros do grupo a criarem estratégias de ataque ao ocidente. Apoiados nas imagens que apresentam Osama Bin Laden, pudemos chegar a, pelo menos, duas representações do mesmo:

1. Bin Laden enquanto líder-estrategista: nesse caso, ele é mostrado sempre levando multidões a fazerem aquilo que entende como o melhor para a nação islâmica;
2. Bin Laden como o maior representante do mundo islâmico, tentando regatar a soberania de seu povo sempre por meio da violência. Esta representação constrói o imaginário social de que ele deve ser combatido para que a paz se reestabeleça.

Dessa forma, essas imagens podem criar a representação de que há uma nítida conspiração dos islâmicos contra os ocidentais e que essa conspiração é arquitetada e liderada por Osama Bin Laden, uma vez que ele é um grande líder, aceito unanimemente por aqueles que professam a fé em Alá.

Os textos escritos parecem apoiar-se em um discurso mais acadêmico para a questão, por meio da fala de especialistas no assunto: pessoas ligadas à política exterior, direito internacional, e áreas afins foram utilizadas pelas revistas para expor o acontecimento.

A esse respeito, Foucault (2012) nos auxilia ao propor a ritualização dos sistemas de restrição. Para ele, “o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam” (FOUCAULT, 2012, p. 37). Essa qualificação, então, constrói a ideia de que o especialista no assunto tem, não só mais condições de argumentar a respeito do acontecimento, como é o único capaz de fazê-lo. Desta forma, as revistas usam a fala desses sujeitos, como meio de provar ao público a sua visão a respeito do assunto, como se esta fosse neutra e verdadeiramente real, livre de qualquer tipo de questionamento.

Nesse sentido, podemos continuar com a ideia de Foucault (2012), quando o mesmo propõe que as antigas “sociedades do discurso”, onde apenas os escolhidos tinham o consentimento da fala, foram substituídas pelas doutrinas. Segundo o autor, as “sociedades do discurso” são áreas onde o número de indivíduos que falam limita-se ao número de participantes. Na doutrina (religiosa, filosófica, política), pelo contrário, a conjugação dos diversos discursos e ideias, dá origem ao sentimento de pertença ao grupo. Dessa forma, tem-se a ideia de que na doutrina, todos têm o direito da fala e da pertença doutrinária.

No entanto, ainda que nesses espaços doutrinários todos tenham a “liberdade” de falar, nele circulam apenas aqueles que concordam com determinada ideia. Todos os demais são considerados errados, não havendo o entendimento de que os mesmos apreendem a realidade de outra forma, o que praticamente anula o espaço do debate político. Por estarem errados, ficam impedidos de circular pelo mesmo espaço doutrinário daqueles que controlam o discurso.

Demarcando seu espaço doutrinário, a edição que noticiou o acontecimento na revista *Veja*, do dia 19 de setembro de 2001, tem algumas colocações que nos chamaram bastante atenção, uma delas é a seguinte: “A globalização incomoda a turma do turbante pela modernidade que traz no bojo” (grifo nosso, p. 58). A leitura e

releitura dessa afirmação nos fez indagar a respeito da intencionalidade e da funcionalidade da mesma. Entendemos que esse tipo de colocação constrói um imaginário social não só sobre o terrorismo, mas também em sua personificação por meio da figura do terrorista. Dessa forma, extrapola-se a fronteira da subjetividade do terrorismo, construindo dados concretos a respeito dessa ideia, por meio de alguns elementos, tais como o terrorista (representado por quem usa turbante), o fogo, o caos dos países orientais, entre outros, conforme discutiremos abaixo. O texto escrito, assim, também constrói uma imagem muito clara: a do terrorista. Essa ideia, como veremos abaixo, é alimentada pelos textos visuais, que, juntamente com o escrito, criam o estereótipo do “homem-bomba-terrorista-muçulmano-islâmico-retrógrado”.

Nesse sentido, o terrorismo é praticado pelo terrorista, que é todo aquele que usa turbante e que se incomoda com a modernidade dos países ocidentais. Seu alvo, então, são todos os países que conseguiram desenvolver-se dentro de um sistema de modernidade e, portanto, todos os Estados modernos são convidados a se aliarem aos Estados Unidos da América para, juntos, lutarem contra o inimigo comum: os Estados terroristas, aqueles cujos cidadãos usam turbantes. A respeito disso, a *Veja* avalia a política de Bush como isolacionista e unilateral e opina que “os Estados Unidos sozinhos são incapazes de garantir a própria segurança. Precisam da ajuda dos outros países democráticos para uma ação conjunta e persistente” (VEJA, SET. 2001, p. 50)

Nessa linha, ambas as revistas são recheadas de imagens de homens usando turbantes, sempre envoltos em uma névoa de guerra e caos. Os textos escritos somam-se a essa ideia, dando vida ao imaginário social do povo islâmico, cujo gentílico é muito bem delimitado e poderia ser substituído pela palavra “terrorista”. Assim, ambas as edições ligam as palavras “terrorista” e “homem-bomba” à “palestino”, “árabe”, “muçulmano”, “islâmico”. A imagem abaixo serve como exemplo de nossa leitura:

Imagem 9: A “turma do turbante” curva-se diante do “império”



CARTA CAPITAL, 2001, p.25

No caso da imagem da *Carta Capital*, nos deslocamos um pouco da matéria de capa, uma vez que a revista é uma edição especial sobre o acontecimento de “11 de setembro” e fornece muitos elementos para nossa reflexão. A imagem localiza-se na matéria de título convidativo “O império e a pobreza”, exemplificando o uso do turbante pelos terroristas, árabes, nesse caso, também pobres. Assim, os canhões representam o império (Estados Unidos) e os turbantes (também utilizados por Osama Bin Laden), a pobreza.

Continuando a reflexão, nos questionamos: por que alguém deixaria de seguir em frente, ao lado da democracia e da riqueza dos países ocidentais, para aliar-se àqueles que se curvam, de costas para a democracia representada pelos canhões, a um líder pobre (que usa turbante), ditador e que lhes oferece em troca um mundo de caos e falta de progresso? Dessa forma, as pessoas são convidadas a aliarem-se a um dos lados no conflito entre Oriente e Ocidente (os dois termos já em sentidos contrário, se pensarmos no sistema de orientação geográfica), ficando relativamente fácil imaginar a sua escolha.

Jogando luz a essa discussão, Ianni (2004) fala a respeito do que ele chama “geopolítica da democracia”, ação praticada pelos governos estadunidenses, pela

qual o povo estadunidense é o eleito a impor os ideais de democracia e valores aos demais povos da Terra:

Assim se desenha o mito do “povo eleito”, “predestinado” à realização da “missão civilizatória”, com a qual se levará aos outros povos e nações a democracia, a liberdade, a justiça, o bem, a prosperidade, a abundância, o paraíso e a lucratividade. A despeito das adversidades, desvios, malefícios e resistências, com as quais os outros povos e nações se manifestam, a missão civilizatória continua, pela negociação, persuasão, pressão e desestabilização, ou a ferro, fogo e destruição.” (IANNI, 2004, p.273)

A mídia, ao propor formas de representação do mundo islâmico ligadas a uma nação desestabilizada do ponto de vista social, econômico, em muitas situações, ligadas à barbárie, enfatiza essa ideia. A *Veja*, ainda em sua edição do dia 19 de setembro de 2001, faz a seguinte colocação: “Os aviões da semana passada não foram jogados contra prédios, mas contra um sistema de vida. A guerra está apenas começando.” (Veja, 19.09.2001, p.58). Nesse sentido, a luta é de todos aqueles que acreditam na vida, o que não é o caso da “turma do turbante”, a qual deve ser combatida na guerra que está nascendo. Não importam os prédios ou as vidas ou o simbolismo econômico que representava as torres gêmeas, mas o apelo à vida e à missão civilizatória dos Estados Unidos, que deve ser agora apoiada pelos países que primam pela vida.

Pensando a respeito dessas questões, buscamos suporte em Dijk (2010) a respeito dos usos (e abusos) do poder. Para ele, algumas instituições são controladas por determinados grupos que conseguem impor suas ideias para os outros. Essas instituições são base privilegiada de exercício do poder, pois se encontram em uma dimensão social que tem o poder da palavra. Algumas delas são: governos, parlamentos, órgãos públicos, judiciário, militares, grandes empresas, partidos políticos, meios de comunicação, sindicatos, igreja e instituições de ensino. Há na ideia de Dijk (2010) uma dimensão individual do exercício do poder que extrapola os grupos, à medida que o autor preocupa-se em considerar também os indivíduos que participam (e controlam) essas instituições, uma vez que são eles que controlam o cenário discursivo e, conseqüentemente, influenciam formas de representação da sociedade, materializadas em ações sociais.

Algumas instituições ou seus integrantes líderes podem realizar atos discursivos que afetam, por inteiro, países, estados,

idades ou grandes organizações, ou podem determinar a vida e a morte, a saúde, a liberdade pessoal, o trabalho, a educação ou a vida particular de outras pessoas, enquanto outras instituições e seus membros exercem um impacto menos amplo e menos sérios sobre outras pessoas (DIJK, 2010, p.55)

Nesse sentido, os meios de comunicação, sendo uma das instituições que pode usufruir de seu papel para criar cenários a respeito de determinados assuntos, podem ter influenciado as práticas sociais das pessoas a partir do acontecimento de “11 de setembro”, por meio da construção de um imaginário social sobre o terrorismo. E quais são as práticas sociais decorrentes após o “11 de setembro”? Algumas imagens nos veem a mente quando nos indagamos sobre o assunto. A mais forte delas talvez seja aquela em que um brasileiro é morto por autoridades policiais britânicas quando saía de um metrô em Londres, por ter um estereótipo parecido com a de um “terrorista”. A própria *Veja* faz menção a essa questão, utilizando 6 linhas em uma reportagem de 2 folhas que falava sobre como o terrorismo está avançando pela Europa, com o título: “Livres para pregar o terror”. Não há menção ao fato de Jean Charles ser brasileiro:

Os ataques na capital inglesa devem mudar essa política de condescendência. O primeiro sintoma dessa mudança aconteceu nessa sexta-feira: a polícia perseguiu um suspeito de terrorismo e o matou com cinco tiros em uma estação de metrô. Logo a polícia inglesa que tradicionalmente não usa armas (*Veja*, 27.07.2005, p.89)

Pensando a respeito das práticas discursivas na sociedade contemporânea e de sua materialização utilizamos a proposta de Foucault (2012), para o qual:

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2012, p. 8)

Nesse sentido, o discurso é controlado pelas instituições, ainda que essa ideia não fique clara para o público. Esse controle é feito por meio de colocações aparentemente aleatórias, mas que, em conjunto, participam efetivamente do processo educativo do sujeito, construindo o imaginário social. É o que acontece quando, em meio a uma odisseia de informações a respeito de como a democracia estadunidense, o sistema de vida, foi atacada na manhã do dia “11 de setembro”,

aparece uma possível definição de dois tipos diferentes de terrorismo: o clássico e o islâmico:

“Diferente do terrorismo clássico, que opera em território definido e pretende representar o interesse de determinada parcela da população, o terror islâmico só fala em seu próprio nome e pode estar sediado em qualquer lugar. Não envia soldado em submarinos, nem dispõe de uma máquina de guerra detectável pelos radares. Seus soldados surgem das sombras, dispostos a morrer junto com suas vítimas, o que torna mais difícil prevenir os ataques”. (Veja, set. 2001, p.54)

Anteriormente ao “11 de setembro” pouco se ouvia falar a palavra “terrorismo”. A partir desse dia, no entanto, não só passou-se a falar intensamente a respeito, como o enfoque principal destinou-se ao modelo islâmico, aquele ligado à religião, aquele que atacou a modernidade dos Estados ocidentais, que é o pior deles, uma vez que os homens surgem das sombras, podendo ser comparados a seres inferiores, que estão pouco preocupados com a vida. Seres maquiavélicos, dispostos a tudo para matar, até mesmo morrer. Em momento algum são vítimas, apenas vilões. Vilões que tem uma religião específica: a islâmica.

Essa colocação deve ser tratada com cuidado. A partir da ideia de que os “terroristas islâmicos” são seres inferiores, maquiavélicos, dignos de morte, algumas cenas, que fora desse contexto poderiam ser entendidas pela opinião pública como barbárie, ganham uma espécie de licença poética para serem expostas. Exemplo disso é a execução de Saddam Hussein, no ano de 2006, resposta estadunidense ao “Eixo do Mal”. As imagens do enforcamento foram divulgadas por jornais, revistas, TV e na internet, onde circulam vídeos amadores mostrando o momento em que ocorreu. Assim, para proteger a vida de sua população, os governos ocidentais ganham a licença de reagirem e, se para isso for necessária a morte, as pessoas começam a entendê-la como inevitável.

A *Carta Capital* também informa o leitor a respeito da definição de terrorismo, porém fazendo uso de um retrospecto histórico do uso do termo, quando afirma que a ideia de terrorismo remonta à Revolução Francesa, do século XIX, estando naquele momento, ligada às guilhotinas utilizadas pelos jacobinos. Posteriormente, na Segunda Guerra Mundial, o terrorismo era utilizado em atitudes que causavam pânico coletivo nas pessoas. A revista alerta, ainda, que existe uma diferença entre terrorismo e eversão. (CARTA CAPITAL, set. 2001, p.20)

Embora a revista seja muito enfática nessa última afirmação, não existe uma explicação clara sobre ela, que apenas dá um exemplo, a respeito das explosões (uso da ideia de fogo ligado ao terrorismo) em Firenze, no ano de 1993: “os autores foram mafiosos interessados em intimidar a comunidade (terrorismo) e conseguir a independência da Sicília (eversão).” (CARTA CAPITAL, set. 2001, p.20)

Desse modo, não fica clara a diferença elucidada pela própria revista, entre terrorismo e eversão. Tampouco acreditamos na importância do episódio citado pela revista para o público em geral. Mas fica clara a imagem do terrorismo: as explosões. Continuando nessa linha, a revista posiciona-se, afirmando que os ataques ao WTC e ao Pentágono foram ações de cunho terrorista, uma vez que buscavam causar pânico e intimidar a população. É importante enfatizar que a *Carta Capital* não usa a palavra “terrorismo” para classificar o ataque ao WTC e ao Pentágono neste momento, usando o termo ações de “cunho terrorista”. Nesse sentido, a revista parece suavizar o ataque, provavelmente porque, apenas oito dias após os ataques, ainda era muito cedo para se fazer afirmações muito fortes.

Apesar disso, é clara a dramaticidade com que o ataque é narrado pela *Carta Capital*, tanto em sua capa, como já mencionamos acima, como em sua reportagem de capa, carregado de narrativas, que levam o leitor a entrar no texto, como se estivesse lendo um livro de ficção (talvez o acontecimento tenha mesmo causado esse “espanto” da mudança), como em seu início “Ao raiar do dia na última terça-feira, 11 de setembro, poucos, muito poucos saibam que o calendário marcava uma data destinada a tornar-se um marco histórico.” (CARTA CAPITAL, set. 2001, p. 06). O apelo a uma versão mais próxima do público é muito grande na reportagem dessa revista, que abusa das narrativas e dos efeitos econômicos, os quais, segundo ela, seriam sentidos por todos. A revista anuncia a recessão que já se iniciara devido ao acontecimento: “Já próxima de uma recessão global, a economia mundial é tomada agora pela incerteza diante da violência terrorista e da expectativa em relação às retaliações americanas.” (p. 10)

Com relação aos desdobramentos do “11 de setembro”, percebemos um apelo à ideia de que a guerra travada contra o Afeganistão não foi a causadora da situação de caos que se estabeleceu no país (maior suspeito pelos ataques) uma vez que o mesmo já se encontrava em situação calamitosa. Esse apelo é bastante claro na reportagem da *Veja*:

Mesmo que se descubra que o Afeganistão está diretamente envolvido, ataques aéreos não seriam decisivos naquele país arruinado por mais de duas décadas de guerra civil e pela insana política de retorno aos costumes medievais implantada pelo Taliban (VEJA, set. 2001, p. 53)

Seria o motivo de tanta calamidade a falta de democracia, uma vez que não seguem os costumes dos povos ocidentais? Para aqueles que nunca tiveram a oportunidade de conhecer o Afeganistão, eis o modo como o mesmo é retratado nas páginas da revista *Veja*: um país completamente destruído, cuja população usa turbante, não gosta da modernidade e que tem homens saídos das sombras dispostos a tudo para matar. Em meio a tudo isso, encontramos um sistema de governo ditatorial, que beira à insanidade, uma vez que estabelece para a população costumes medievais, totalmente diferente do que se encontra no ocidente, cuja modernidade impõe um sistema democrático e livre. Ora, se o país já se encontra em situação calamitosa por escolher um sistema de governo insano e ditador, então os Estados Ocidentais não podem ser responsabilizados pelo caos que se instalou no Afeganistão após o “11 de setembro”, que, na realidade, já havia se instalado anteriormente à presença estadunidense no local.

A *Carta Capital* aponta, em sua matéria de capa da edição do dia 19 de setembro de 2001, ainda ser cedo para perceber se há uma oposição entre Bem e Mal com relação aos desdobramentos do acontecimento de “11 de setembro”. Dessa forma, as ideias apontadas inicialmente pela revista parecem seguir em busca de compreender o contexto do conflito, sem apontar culpados ou vítimas. Em outras palavras a *Carta Capital* aponta para uma mudança de rumo nos caminhos da sociedade contemporânea capitaneada pelo mundo islâmico a partir do acontecimento de “11 de setembro”. Nesse sentido, percebemos fortemente a ideia de mudança em ambas as publicações.

No entanto, o discurso não maniqueísta do início se rarefaz já no lead da reportagem: “A maior potência do planeta vive seu dia de vítima indefesa ao ser golpeada sem esboçar reação. Mas o contra-ataque está por vir.” (CARTA CAPITAL, 2001, p.6, grifo nosso). Essa afirmação pode levar à ideia de um conflito descontextualizado, que se iniciou na data do dia 11 de setembro de 2001, sem todo o contexto histórico que ora apresentamos.

Pensando na proposta de Djik (2010), a escolha das palavras pode revelar formas de exercício de poder carregadas de estratégias e táticas de convencimento

disfarçadas. Então, porque não avisar ao leitor, primeiramente, que haverá um contra-ataque? Quais são os mecanismos de escolha do que vem primeiro o do que vem depois no texto escrito? Ao colocar primeiramente a ideia de que a “maior potência do planeta” é “vítima indefesa”, a revista pode enfatizar uma forma de compreensão do acontecimento em que os Estados Unidos são colocados na posição do Bem, por serem vítimas e o contra-ataque, por isso, torna-se necessário e justo.

Chamou-nos à atenção, também, as legendas das imagens. Em uma delas, a *Carta Capital* comenta a respeito do “céu azul” de Nova Iorque, que sumiu diante da fumaça. Conhecendo um pouco dos mecanismos meteorológicos, sabemos que uma cidade não pode ter o céu constantemente azul e, por isso, acreditamos que essa seja uma forma de chamar a atenção do leitor para todo o terror ocasionado, lembrando-o de que, anteriormente ao acontecimento, a vida no centro da cidade de Nova Iorque tinha um contexto muito diferente: de beleza e paz.

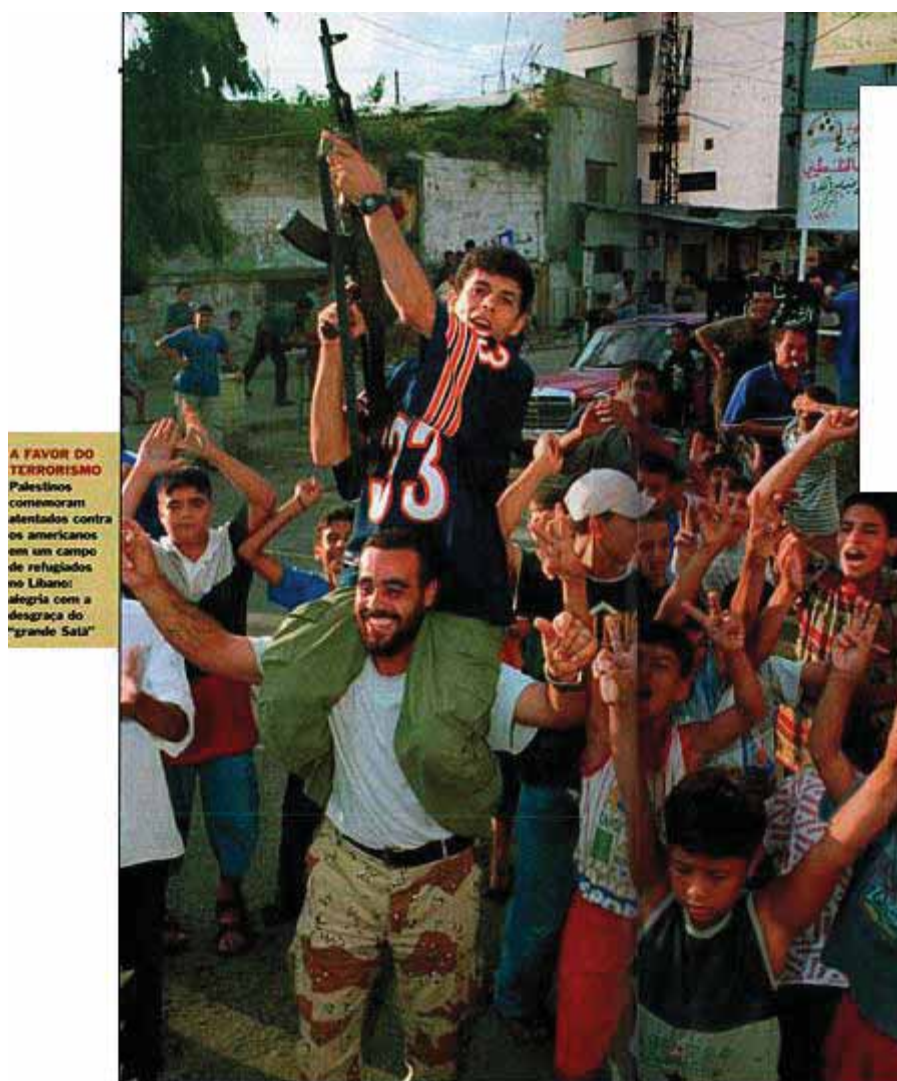
Imagem 10: o céu de Nova Iorque após o acontecimento



Ao longo do texto, a revista faz uma comparação com outro ataque surpresa ocorrido contra os Estados Unidos: “O ataque japonês a Pearl Harbor”, conhecido por muitos leitores, por meio da produção cinematográfica de 2001, quando o filme “Pearl Harbor” foi distribuído pela Touchstone, subsidiária da Walt Disney e que tem como ator principal Ben Affleck. Essa proposição retoma a ideia de Ianni (2004), para o qual as cenas utilizadas pelas revistas (e aqui acrescentamos que também os textos escritos) parecem terem sido tiradas de cenas de filmes de catástrofes produzidos nos estúdios de Hollywood, criando o que o autor chama de “cultura do terrorismo”. A comparação com o acontecimento de 7 de dezembro de 1941, quando os japoneses fizeram um ataque surpresa à base militar estadunidense de Pearl Harbor, é feita na revista sem mencionar o revide estadunidense com as bombas de Hiroshima e Nagasaki, que devastaram grande parte do território japonês na ocasião.

A *Veja* chama a atenção para o fato de que “No mundo islâmico, as reações variaram da reprovação ao terrorismo à saudação dos ataques como um ato de vingança contra os Estados Unidos” (VEJA, 19 set. 2001, p.57). A foto que cobre quase metade da página ao lado da afirmação, no entanto, vai de encontro com a mesma, pois mostra pessoas supostamente palestinas comemorando os ataques, sorridentes, ao lado de crianças com as mãos para cima, em sinal de comemoração, e, em destaque, um homem com uma arma sendo apontada para cima. Dessa forma, a força da imagem acaba suavizando o aviso da revista de que nem todos os islâmicos concordam com os ataques, fruto da vontade de uma “minoridade radical”, como conta a própria edição. Mais uma vez nos questionamos: se é uma minoria que concorda com os ataques, porque mostrar aqueles que comemoraram e não os que discordaram?

Imagem 11: Comemoração palestina



Fonte: VEJA, 2001, p. 56/57

A *Carta Capital*, nessa mesma linha, traz uma imagem de mulheres palestinas, com lenços cobrindo as cabeças, comemorando os ataques. A imagem mostra uma mulher, ao centro com arma também apontando para cima e as demais sorrindo, visivelmente felizes, dando corpo a uma multidão de pessoas composta por mulheres e crianças. A revista avisa que "Palestinos, efusivamente, diante das câmeras, saúdam o golpe sofrido pelo irmão mais forte de seus opressores israelenses" (CARTA CAPITAL, set. 2001, p.10), levando assim o leitor mais atento a relembrar o contexto do conflito que deu origem ao Estado de Israel, que transformou os milhares de palestinos que ali vivem em uma nação sem território. Esse conflito, como é de conhecimento de muitos, gerou um cenário de crise entre palestinos, israelenses e estadunidenses, uma vez que a criação do Estado judeu de Israel só foi possível com a ajuda militar dos Estados Unidos, que buscavam,

naquele momento, um ponto estratégico no Oriente Médio, área que possui as maiores reservas petrolíferas do mundo. Dessa forma, a criação do estado de Israel, aliado dos Estados Unidos criou a base necessária para a entrada desse último no Oriente Médio.

A *Carta Capital*, nesse sentido, tem uma edição com ares mais provocativos, pois em alguns momentos chama a atenção do leitor para acontecimentos que já pertencem a uma “regularidade histórica”, como é o caso da criação do estado de Israel, instigando o leitor mais atento a questionar a respeito de ideias já incorporadas no imaginário social. Outro dado que vai nesse mesmo sentido é a imagem de mulheres comemorando os ataques, indo às ruas, com armas em punho (que são entendidas como símbolo de poder em períodos de conflitos militares). Ora, se as mulheres árabes, islâmicas ou muçulmanas são mesmo tão reprimidas, a ponto de serem obrigadas a usarem lenços nas cabeças para esconderem-se, como elas poderiam ir às ruas, sozinhas, comemorar os ataques?

Imagem 12: As mulheres palestinas também comemoram



Fonte: CARTA CAPITAL, 2001, p.10

Chamar atenção para acontecimentos históricos anteriores foi uma estratégia também usada pela *Veja*, em reportagem de autoria de Luis Felipe de Alencastro, que considerou o acontecimento o mais sangrento da história estadunidense, desde a Guerra de Secessão (1861-1865). Dessa forma, parece que as análises repetem-se, utilizando um mesmo modelo em ambas as publicações, ainda que elas apresentem-se de formas diferentes e carreguem uma “máscara ideológica” diferenciada.

Outra aproximação bastante relevante em relação às reportagens das duas revistas é o elemento “fogo”. Além das capas, as reportagens são carregadas de cenas que tem a presença dele ou daquilo que se faz após: a fumaça, contaminando toda a cidade de Nova Iorque. Esse elemento muitas vezes é utilizado nas reportagens não de maneira isolada, mas ligado à ideia de ataque aos civis. Há muitos exemplos disso nas imagens, como podemos ver adiante:

Imagens 13 e 14: O caos e o fogo



Fonte: VEJA, 2001, p.52



Fonte: CARTA CAPITAL, 2001, p.12

Nos textos, essa questão também é muito presente. A *Veja* utiliza o título “Nova Iorque em chamas” (VEJA, 2001, p.50) para uma de suas figuras que mostra as torres envolvidas pela fumaça preta nos andares superiores. Em um dos subtítulos da reportagem, a revista enfatiza “A morte no fogo, num salto ou no desabamento” (VEJA, 2001, p. 60).

Já a *Carta Capital* parece ser menos enfática com relação aos textos que se referem ao fogo (embora ele também esteja presente em alguns momentos, como não poderia deixar de ser), mas apelando para a questão dos civis envolvidos, em uma narrativa digna de livro: “milhares de pessoas chegam para um rotineiro dia de trabalho, sem imaginar que, àquela altura, a centenas de quilômetros dali, os sequestradores de dois aviões os têm como alvo.” (CARTA CAPITAL, 2001, p.06).

Essa última colocação parece-nos muito forte, uma vez que não é possível afirmar que os sequestradores tinham as pessoas (que estavam indo trabalhar) como alvo. Se “o mundo assistiu, via tevê, o ataque ao império” (CARTA CAPITAL, 2001, p.06), então o alvo é o Estado, o governo, o império, não os civis que ali vivem e que estavam indo para um rotineiro dia de trabalho.

Apesar de todo o sofrimento causado pelos ataques, o povo americano deve “pensar e agir de forma mais sensata” (CARTA CAPITAL, set. 2001, p. 10), é o que alerta, no último parágrafo da reportagem de capa, a revista. Cabe-nos pensar se após toda a odisseia de imagens mostrando os “terroristas” atacando o povo norte-americano, indefeso e os palestinos e palestinas comemorando esses ataques, um único parágrafo é capaz de suavizar toda a euforia e o ódio gerados, anulando a construção de um imaginário social sobre o terrorismo.

Essas afirmações (visuais e escritas), sem dúvida, criam um mosaico de imagens a respeito do assunto, que constrói um imaginário social sobre o terrorismo, composto por, basicamente, três elementos:

- visual: representado pelo fogo, como pano de fundo, sempre presente;
- humano: que tem, de um lado a figura de Osama Bin Laden, líder daqueles que usam turbantes, representantes do mundo islâmico e de outro, o povo nova-iorquino, vítimas que precisam da ajuda de *Bush* e de todos os chefes de Estado que são aliados da democracia;
- espacial: que tem no caos seu principal foco, tanto no Oriente, onde ele é permanente, como em Nova Iorque, agora destruída.

Assim, o terrorismo é mostrado na mídia a partir desses três elementos: o fogo, o povo islâmico e o espaço oriental X ocidental. O povo ocidental, liderados pelos Estados Unidos, é, dessa forma, aquele que deve defender o planeta do fogo proveniente das próximas explosões, comandadas por Osama Bin Laden, e produzidas pelos “terroristas” ou “homens-bomba”. Por este motivo, tanto o líder, como a nação que o segue, devem ser combatidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas “águas” os homens verdadeiramente comprometidos ficam “molhados”, ensopados.”
(FREIRE, P., 1981, p.09)

A busca por uma forma de análise das revistas nos encaminhou ao entendimento de que a mesma deveria ser feita de forma a delinear a observação das imagens e das palavras, meandrando essas duas formas de textos e buscando confluência com o aporte teórico que abraçamos ao longo desse estudo.

Nossas investigações, sem dúvida, não param por aqui e será muito difícil colocar o último ponto final nesse estudo, uma vez que o assunto é carregado de ideias e visões que momento a momento retornam à tona, em um ciclo que se repete no espaço-tempo. Mesmo assim, tentamos dentro daquilo que nos propusemos, encontrar um caminho que se ajustasse à ideia de entender a construção de um imaginário social sobre o terrorismo, a partir do acontecimento de “11 de setembro” nas revistas *Veja* e *Carta Capital*. Ao longo do processo, encaminhamos alguns estudos a respeito do contexto que levou ao conflito e também ao desenvolvimento da mídia contemporânea.

Dessa forma, não trazemos respostas fechadas, mas uma leitura a respeito do assunto, baseado em motivações pessoais, mas que trazem em seu bojo um arcabouço teórico que nos deu sustentação para que essa empreitada fosse possível.

Nossa primeira consideração é talvez uma de nossas maiores surpresas. Quando iniciamos esse estudo, como já dissemos anteriormente, nossa intenção era utilizar apenas as reportagens da revista *Veja*. Trabalhar também com a *Carta Capital* foi uma forma de buscar outra visão a respeito do assunto, já que as revistas apresentam-se como ideologicamente diversas. No entanto, pouco a pouco fomos percebendo que ambas as publicações apresentam ideias semelhantes, ainda que noticiadas de formas diferenciadas.

Assim, nossa leitura a respeito das reportagens que noticiaram o acontecimento de “11 de setembro” mostrou que o imaginário social sobre o terrorismo tem seu alicerce em elementos chave, os *clichês*, que apareceram em

ambas as revistas (assim como em outras mídias que deram suporte ao estudo, ainda que de forma secundária). Podemos listar alguns desses elementos: a ideia de mudança, presente desde a capa de ambas as edições; o maniqueísmo, opondo o bem, a riqueza, a democracia, ao mal, à pobreza e à ditadura, assim como a disputa entre oriente e ocidente; o fogo, explorado por quase todas as imagens das reportagens de ambas as revistas; o mundo oriental como sinônimo do caos; a guerra contra o povo islâmico, pois este é composto por pessoas que são a favor do ataque, não existindo aqueles que são contrários, em outras palavras, todos os orientais islâmicos são “terroristas”; e a figura de Osama Bin Laden, como o grande líder a ser combatido.

Esses elementos são explorados por diversos tipos de publicações, que se destinam a pessoas diferentes e pertencem à categorias diferentes. Tivemos a oportunidade de discutir o assunto ao trabalhar com um livro didático que mostrava o Afeganistão, “terra de Osama Bin Laden” como o espaço onde o terrorismo é providenciado. É nesse local que ele é fabricado. As imagens do livro didático são as mesmas das agências fornecedoras das revistas estudadas. Dessa forma, entendemos que há uma valorização da informação fornecida pela mídia, em detrimento de outros meios, uma vez que estamos instalados na “Era digital”, como nos coloca Castells (1999).

Outro elemento que se deve considerar com relação às agências, é a ideia de que as imagens são pré-selecionadas por um grupo de pessoas que tem acesso *in locus* ao acontecimento. Dessa forma, o jornalista que assina as reportagens muitas vezes obtém as informações a respeito do acontecimento por meio das imagens dessas agências ou mesmo de outras emissoras, mais reconhecidas no cenário internacional. É o que nos coloca o jornalista Nirlando Beirão, na seção “tevelândia”, que fica na última página da revista *Carta Capital*. Em seu texto, publicado na edição do dia 19 de setembro de 2001, ele afirma: “Em geral, tudo o que as outras emissoras fizeram durante a cobertura, inclusive as nossas, foi dublar a CNN” (p. 66). O questionamento colocado pelo jornalista parece-nos muito pertinente, uma vez que a mídia internacional, na maior parte do tempo, teve acesso às imagens e às informações por meio da mídia local dos Estados Unidos, principalmente das grandes emissoras de tevê, as quais fizeram as primeiras imagens e deram os primeiros detalhes a respeito do assunto.

Assim, muitas vezes a mídia impressa seleciona seu material de divulgação a partir daquilo que a mídia falada (que tem a vantagem de fazer imagens “ao vivo”) já noticiou. Em outras palavras, os textos dos jornais e das revistas muitas vezes são “réplicas” daquilo que já foi divulgado pela tevê, internet ou mesmo rádio. No caso das revistas, esse dado é ainda mais importante, uma vez que a maioria das publicações, como as que nos propomos fazer a leitura, por exemplo, é edição semanal, o que dificulta para as mesmas trazer dados novos a respeito dos assuntos. As revistas *Veja* e *Carta Capital* tiveram suas edições especiais sobre o acontecimento de “11 de setembro” disponíveis para o público no dia 19 de setembro de 2001, ou seja, mais de uma semana após os outros veículos midiáticos já o terem noticiado. Em contrapartida, essa desvantagem pode se transformar em vantagem, uma vez que a seleção das imagens e dos textos pode ser melhor pensada e analisada, já que a demanda por tempo é menor do que no caso da tevê, do rádio ou da internet.

Nesse sentido, tanto a *Carta Capital*, como a *Veja* divulgaram uma imagem de um avião indo em direção à segunda torre. No caso da *Carta Capital*, aparece o símbolo da CNN, indicando que a foto foi tirada da imagem da TV, enquanto que a *Veja* comprou o direito de divulgar a mesma imagem (apenas em escala menor) da agência “Fotos AP”, segundo fonte, divulgada pela própria revista. A justificativa dada pelas edições na época foram a de que quando a primeira torre foi “atacada”, muitos transeuntes começaram a filmar o desastre e um cinegrafista amador conseguiu imagens do momento em que o segundo avião chocou-se com a segunda torre. Essas imagens que, inicialmente foram divulgadas pela televisão, foram transformadas em fotografias e utilizadas também pelas edições impressas.

Esse é outro dado interessante que tivemos acesso. As reportagens das edições impressas seguem a linha das notícias divulgadas em “primeira mão” pelas emissoras de televisão. No caso do acontecimento de “11 de setembro”, o “furo” só pôde ser feito pelas emissoras de tevê, que divulgaram o acontecimento inicialmente. Coube às edições impressas “emprestar” as imagens e as palavras já divulgadas na semana anterior.

Para aumentar o apelo e a credibilidade das reportagens impressas (que têm a desvantagem de serem publicações sempre posteriores à teve, ao rádio e também à internet), as revistas fizeram uso da fala de especialistas no assunto. Assim, muitas vezes a figura do jornalista foi deixada de lado para dar lugar às ideias dos

especialistas (cientistas políticos, políticos e economistas). Isso ficou muito evidente principalmente na capa da *Carta Capital*, que, como já dissemos acima, explorou os nomes daqueles que contribuíram com textos para a edição que noticiou o acontecimento de “11 de setembro”.

Assim, a ritualização, como nos coloca Foucault (2012) nos ajuda a compreender como as revistas se encaixam em determinadas doutrinas que, ainda que sejam homogêneas em alguns pontos, ritualizam essa homogeneidade diversamente. No caso, o uso da figura do especialista é feita de maneira diversa e parece que por motivos também diversos: a *Veja* prioriza o uso do texto visual e tem um discurso que acompanha certo conservadorismo, alimentado por especialistas que seguem essa linha, na maioria das vezes pessoas ligadas ao próprio governo dos Estados Unidos (mas nunca aos Estados considerados “terroristas”), enquanto a *Carta Capital* procura dar um tom mais neutro para o assunto, buscando, para isso, a fala dos especialistas, talvez como forma de reduzir a sua responsabilidade diante de como o acontecimento foi tratado, aumentando a impressão de uma edição neutra.

Apesar das muitas aproximações que encontramos entre as duas publicações, sem dúvida, encontramos também contrapontos. Um deles é exatamente a questão do uso dos especialistas, que embora utilizado em ambas, é mais evidenciado na *Carta Capital*. Há também uma diferença entre o tipo de especialista convidado pelas revistas: na *Veja*, são pessoas do governo dos Estados Unidos que falam ao público, em pequenas citações ao longo das reportagens, enquanto na *Carta Capital* eles ganham mais destaque, sendo pessoas advindas da área acadêmica e mais conhecidas pelo público, que assinam reportagens inteiras, colocados no lugar dos jornalistas.

Outro elemento diverso entre as publicações é o posicionamento diante do assunto. Enquanto na *Veja* há um tom mais enfático, que evidencia a figura do terrorista, em um tom de procura pela verdade mais explícito, tanto que o elemento fogo é muito presente na edição, acreditamos que como forma de convencimento, na *Carta Capital* o tom é suavizado por uma contextualização maior, trazendo especialistas de diversas áreas para dissertar a respeito do assunto.

Esses elementos, em conjunto, criam, sem dúvida, uma forma de compreensão da realidade que é assimilada pelo público e mesmo por aqueles que fazem parte das publicações. Em outras palavras, mesmo o jornalista ou o

especialista também é público e também faz parte da sociedade digital, não estando livre da odisseia de imagens que, momento a momento, percorre nossos olhos. Assim, há uma inculcação de determinadas ideias por meio do que Freire (2014) chama “educação bancária”. Em outras palavras, as edições noticiam por meio de uma linguagem pedagógica que tem influência direta no modo como os sujeitos identificam e assumem determinadas posturas diante da vida. Levando em consideração que os sujeitos são livres e apreendem os assuntos de modos diferenciados, ainda assim, acreditamos que, em termos gerais, a assimilação do acontecimento de “11 de setembro” ocorre de maneira mais ou menos homogênea, o que transforma o “terrorismo” num conceito, entendido a partir de um conjunto de imagens (nas próprias imagens e também nos textos escritos) amplamente divulgadas.

Desse modo, a construção de um “imaginário social” sobre o terrorismo ganha forma no processo discursivo que se inicia com a transmissão das imagens da CNN e ganha corpo em todas as outras publicações que enfatizaram os elementos visuais, humanos e espaciais, como discutimos acima. A partir disso, o que se instala na sociedade a respeito do terrorismo é a imagem de Osama Bin Laden empunhando arma e comandando uma legião de “homens-bomba”, barbudos e usando turbantes. Assim, as pessoas que têm esse estereótipo devem ser temidas e combatidas.

Encerramos dizendo que concordamos com a *Carta Capital* quando a mesma coloca como título de sua reportagem de capa “E o mundo mudou”. Mudou, não porque se descobriu que “o império é vulnerável”, como enfatizou a *Veja*, mas sim porque a partir desse acontecimento, construiu-se um novo modo de entender o mundo islâmico, e uma nova maneira de agir diante da presença de pessoas provenientes do mundo oriental. Assim, não só os governos ganham a licença de atacar esses países, mas também no campo das relações humanas, os demais sujeitos (ocidentais e democráticos), cidadãos comuns, pretendem-se no direito de combater os orientais.

A própria ideia de oriental, antes restrita aos habitantes de “olhos puxados”, cujos representantes eram os japoneses, chineses e coreanos, ganham uma nova versão: hoje o mundo oriental é o espaço ocupado por homens barbudos, que usam turbantes e mulheres, que usam burca, submetidas às vontades de seus maridos. A

versão japonesa, chinesa ou coreana, tornou-se demasiada progressista para ser considerada oriental e foi substituída pelo modelo islâmico, a qual é digna de medo.

Nesse sentido, a ideia de Foucault (1979) e Stengers (2002) ganha força. Aquilo que foi visto como inimaginável, como um ataque ao Estado mais poderoso do ponto de vista econômico e militar, foi possível. A partir daí, a própria forma de pensar e agir diante das situações cotidianas começou a se transformar no que diz respeito às atitudes das pessoas diante de conflitos militares, tanto que a opinião pública foi a favor do revide estadunidense contra o Afeganistão, em outubro de 2001. Esse primeiro momento, então, configura uma novidade histórica.

Todavia, a partir do momento em que há uma incorporação do acontecimento na sociedade contemporânea, este passa para a fase de regularidade histórica, construindo um imaginário social sobre o terrorismo. A partir daí, os revides já não são mais bem vistos, porém as atitudes preconceituosas e sempre ligadas a homens bomba e fogo a respeito dos “orientais”, se estabelecem na sociedade. A mídia, nesse contexto, funciona como agente ativo no processo de dar corpo ao processo educativo que (re)alimenta o imaginário social sobre o assunto. Assim, nos momentos em que o “terrorismo” parece ter sido incorporado no imaginário social, a ponto de ser introjetado nas atitudes diárias e relativizado pela memória, ele é, novamente, apresentado ao público, com outra roupagem, mas com a mesma conotação.

Sem dúvidas, “o mundo mudou”, mas essa não foi a última vez que isso aconteceu.

Referências

- ANTONIO, I. Autoria e cultura na pós-modernidade. In: **Revista Ciência da Informação**. Brasília: vol. 27, n. 2, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010019651998000200012&script=sci_artt, acesso em 02/05/2012.
- BAPTISTA e ABREU. A História das Revistas no Brasil: um Olhar Sobre o Segmento Mercado Editorial. **Revista Científica Plural**, v. s/n, p. 01-23, 2010, disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/baptista-iria-abreu-karen-a-historia-das-revistas-no-brasil.pdf>, acesso em 18/02/2013.
- BONFIM, I. E. **Latinidade**: a América Latina pelas páginas de *Veja* e *Carta Capital*. 2009, disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/bonfim-ivan-latinidade.pdf>, acesso em: 18/02/2013.
- BRIGGS, A. e BURKE, P. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à Internet. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- CARTA CAPITAL. São Paulo: Carta Editorial Ltda, n. 157, 2001. 66 p. Semanal. ISSN 0104-6438.
- CARVALHO, Alex et al. **Aprendendo Metodologia Científica**. São Paulo: O nome da rosa, 2000.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução de Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora: 2009.
- CUNHA, Alexandre Mendes et al. **O terror sobreposto**: uma leitura lefebvriana do conceito de terrorismo e suas relações com o mundo contemporâneo. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2003.
- DÍAZ, E. **La ciencia y el imaginario social**. Buenos Aires: Biblos, 1996.
- DIJK, T. A. V. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2010.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 22ª ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- _____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- _____. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 51ª ed. São Paulo: Cortez, 211.
- _____. e GUIMARÃES, S. **Educar com a mídia**: novos diálogos sobre educação. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- _____. O compromisso do profissional com a sociedade. In: **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. 56ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MAGNOLI, D. **O grande jogo: política, cultura e ideias em tempo de barbárie**. São Paulo: Ediouro, 2006.

_____. **Terror global**. São Paulo: Publifolha, 2008.

NASCIMENTO, C. P. **Jornalismo em revista no Brasil: um estudo das construções discursivas em *Veja* e *Manchete***. São Paulo: Anablume, 2002.

PECHULA, M. R. Ciência e divulgação científica na universidade e nos meios de comunicação de massa: duas linguagens. In: GONÇALVES, E. M. **Estudos de comunicação e linguagens: múltiplas experiências**. São Caetano: Editora Virgo, 2011.

PECHULA, M. R. Considerações sobre a divulgação científica nas mídias e na sala de aula. In: PINHO, S. Z. (org.). **Formação de educadores: o papel do educador e sua formação**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

PRIMO, Alex Fernando Teixeira. A emergência das comunidades virtuais. In: Intercom 1997 - XX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 1997, Santos. **Anais...** Santos, 1997. Disponível em: http://www.pesquisando.atravesda.net/comunidades_virtuais.pdf, acesso em 01.08.2011.

RIAL, C. S. Guerra de Imagens: o 11 de setembro na mídia. In: **Antropologia em primeira mão**. Florianópolis: UFSC / Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, 2003.

RUDZIT, Gunther. O debate teórico em segurança internacional: mudanças frente ao terrorismo? In: **Revista de Ciências Sociais**. Porto Alegre, v.5, n.2, jul-dez 2005.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record. 2011.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SENE, E. & MOREIRA, J. C. **Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização**. São Paulo: Scipione, 2010

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

STENGERS, I. **A Invenção das ciências modernas**. Tradução de Max Altman. São Paulo: Ed. 34, 2002.

VEJA. São Paulo: Ed. Abril, n. 37, 2001. Semanal. ISSN 0100-7122. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>.

VEJA. São Paulo: Ed. Abril, n. 23, 2013. 134 p. Semanal. ISSN 0100-7122.